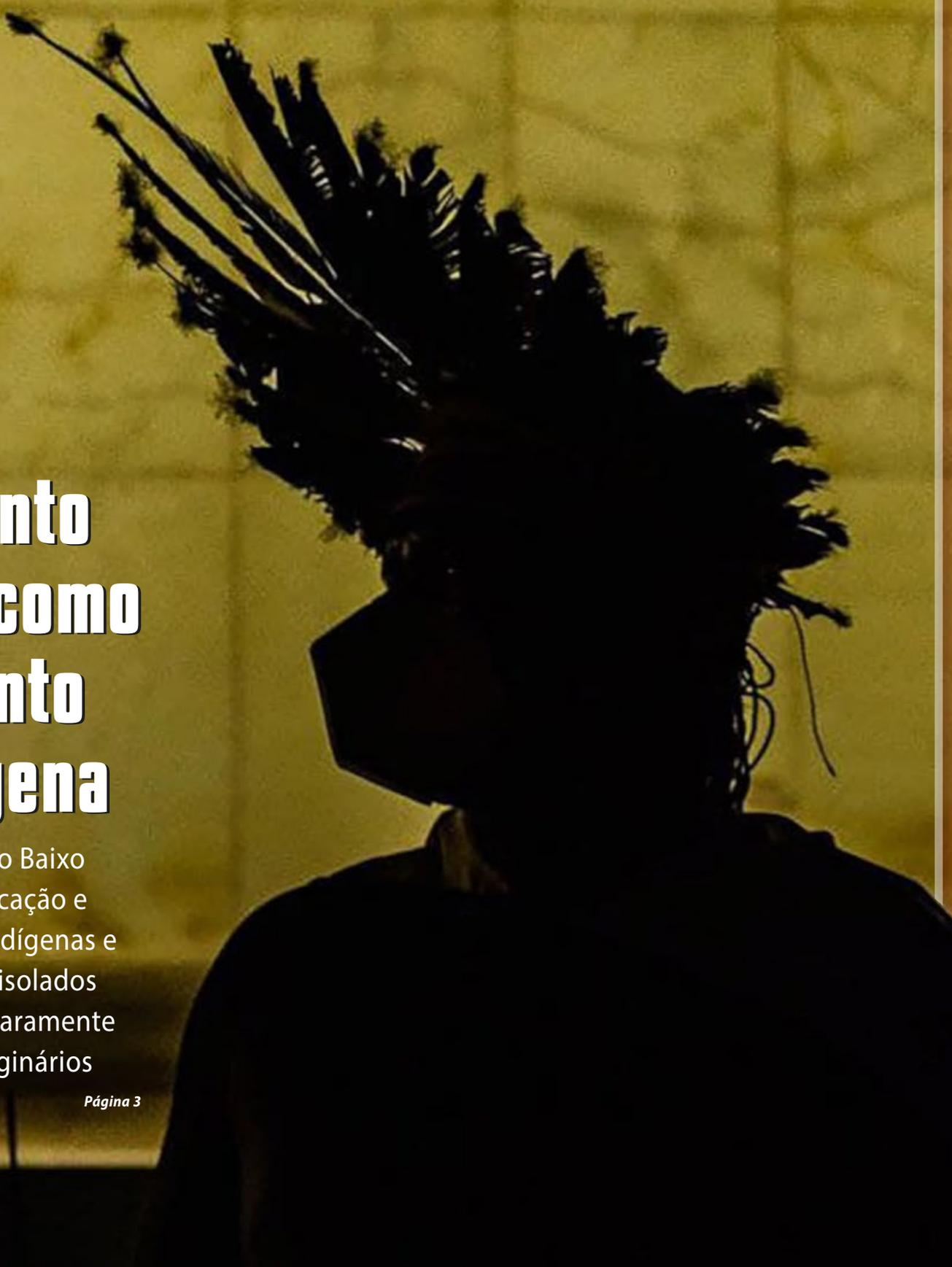


Entrevista com Egydio Schwade: "Funai de Bolsonaro é pior que a de 1968", diz indigenista que enfrentou a ditadura militar
Página 4

"Pautas da morte": antes das decisões das urnas, bancadas alinhadas à Bolsonaro devem forçar a aprovação da agenda anti-indígena
Página 7

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLIII • Nº 442
Brasília-DF • Janeiro/Fevereiro 2022

O orçamento da União como instrumento anti-indígena

No governo Bolsonaro o Baixo orçamento para demarcação e fiscalização de terras indígenas e proteção de indígenas isolados expõe opção política claramente contrária aos povos originários

Página 3

Continuidade da agenda anti-indígena e de devastação social e ambiental

As consequências das várias crises nacional e internacional continuam, onde a economia de mercado se sobrepõe às vidas humanas e à relação com o planeta. As crises humanitária e política também são visíveis, com o aumento dos refugiados, o preconceito, o racismo e o fascismo decretando suas marcas de violência. As mudanças climáticas, por sua vez, seguem impondo destruição sem que os nossos governantes se mobilizem para a proteção das populações mais impactadas e sem que as devidas políticas de convívio sejam implantadas em benefício de todos e do planeta. As regras e políticas ainda são ditadas pelo capitalismo, quando o individual/digital e a exploração humana/biológica e de toda matéria-prima do planeta desafiam a existência futura.

No Brasil, já vivenciamos o processo político-eleitoral necessário para nos esperanças e tentar nos alentar de tamanha destruição, com a devida responsabilidade e consciência de que temos muitos desafios pela frente. Os povos indígenas seguem na luta por um mundo melhor, promovendo mobilizações na defesa dos seus direitos, que são intrinsecamente ligados aos direitos de todo o povo brasileiro e do planeta Terra. Entretanto, estamos diante de mais uma iniciativa anti-indígena e contra a sociedade brasileira do atual governo federal: a publicação da portaria 667, de 9 de fevereiro de 2022, com as prioridades do governo para votação em 2022 no legislativo, que afrontam os direitos humanos, ambientais e indígenas no Brasil.

Muitas das proposições já foram apresentadas em 2021 e barradas pelas mobilizações da sociedade civil, dos povos indígenas e de seus aliados. O governo, contudo, insiste em tentar aprová-las, numa postura arrogante, perversa e contrária à vida. Dentre as prioridades elencadas pelo governo na portaria, encontra-se o Projeto de Lei (PL) 490/2007, que altera o Estatuto do Índio, os procedimentos de demarcação dos territórios indígenas e concebe o marco temporal como critério para essas demarcações. A lista inclui também o PL 191/2020, que abre os territórios indígenas para a pesquisa e a lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos, grandes empreendimentos e exploração dos recursos hídricos. A portaria do pacote de maldades ataca o meio ambiente, com as proposições do PL 3729/2004, que altera radicalmente as regras do licenciamento ambiental no país, o PL 528/2021,

que regulamenta o mercado de carbono, e os PLs 2633/2020 e 510/2021, que formam o "PL da Grilagem", voltado a anistiar e regularizar invasões de terras públicas.

Na sua escalada contra a vida, o governo propõe também como prioridade o PL 6299/2002, o "PL do Veneno", aprovado no dia 9 de fevereiro, pela Câmara dos Deputados. Este PL visa flexibilizar ainda mais a legislação sobre a venda e uso de agrotóxicos, facilitando, por exemplo, o registro de substâncias cancerígenas, já proibidas em outros países. A proposta concentra o poder de decisão sobre o tema no Ministério da Agricultura e enfraquece as atribuições e a capacidade de fiscalização de órgãos como Ibama e Anvisa.

Lembramos que os povos indígenas, os seus aliados e a sociedade civil organizada já se posicionaram contrários a esses projetos de morte. Em 2021, mobilizaram-se em grande número, ocuparam espaços, avenidas, praças, estradas, rodovias, para demonstrar indignação e resistência contra esse ideário do mercado, do indivíduo acumulador, da competição exacerbada como regra para a convivência social e da mercantilização total da vida e da natureza. O governo e seus aliados, com a sua política fundamentalista, só enxergam o agronegócio, o latifúndio, as técnicas dispendiosas que geram desemprego, os monocultivos e o mercado externo, penalizando a maioria da população pobre no Brasil.

Repudiamos a prática nociva da não demarcação e da não regularização fundiária dos territórios indígenas e o desrespeito aos direitos fundamentais desses povos contidos na Constituição Federal de 1988. É imperativo cessar a propagação da violência contra os povos indígenas e a superexploração dos trabalhadores, contidas na concepção da integração assimilacionista do capital para o povo e proposta como "solução final" para os indígenas.

As prioridades do governo federal na agenda legislativa também demonstram a incapacidade do diálogo e da convivência com a diversidade que é o povo brasileiro. O Conselho Indigenista Missionário reafirma seu compromisso com a resistência dos povos, com a diversidade, com os povos indígenas, nesta luta contra os projetos de morte que afrontam os direitos humanos e a natureza, na dimensão sagrada das relações estabelecidas com a terra-mãe.

Porantimadas

Não é mentira, somente ausência da verdade

Governo de Jair Bolsonaro omite informações sobre suas políticas de direitos humanos à Organização das Nações Unidas (ONU), dá desculpas procedimentais para não revelar sua própria estratégia e usa dados anteriores a sua gestão para defender seu suposto compromisso com direitos fundamentais. Entre as afirmações, o governo destacou que "respeita o princípio constitucional da autodeterminação dos povos em todo o país, na demarcação das terras indígenas". O informe oficial, porém, não revelou que Bolsonaro prometeu publicamente que nenhuma nova terra seria demarcada em sua gestão. As entidades da sociedade civil se movimentaram e submeteram informações verdadeiras e atuais à ONU. O Cimi foi uma delas e denunciou as investidas contra os povos indígenas, a crise sanitária gerada pela resposta do governo diante da pandemia e a falta de demarcação de terras. (Com informações de Jamil Chade, colunista do UOL).

Retrocessos ambiental

Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) aponta que o desmatamento na Amazônia cresceu 56,6% no governo Bolsonaro e que somente em Terras Indígenas o aumento teve alta de 153%. A nota técnica aponta que pela primeira vez desde 2008 o Brasil registrou o desmatamento de mais de 10 mil km² ao ano. O estudo mostra ainda que houve aumentos consecutivos no desmatamento desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Segundo as autoras do estudo, o problema é alimentado por um enfraquecimento de órgãos de fiscalização, pela redução significativa de ações imediatas de combate e controle e por retrocessos legislativos.

O rastro da destruição

As fortes chuvas que provocaram inúmeras enchentes no país no final de 2021 deixaram estados como Bahia, Minas Gerais e Tocantins, literalmente, debaixo d'água, quando muitas aldeias ficaram ilhadas, perdendo toda sua estrutura e plantios. O impacto socioambiental causado principalmente pelas construções de barragens e suas modificações no meio ambiente são apontadas como os principais motivos das cheias, causando um grande impacto dentro dos territórios indígenas. A omissão dos governos federal e estadual perante a situação foi e ainda é gritante, sem nenhum retorno de ação e nenhum planejamento. Apenas no estado de Minas Gerais, cerca de 25 mil indígenas foram atingidos pelas enchentes. Das cidades atingidas, Brumadinho foi uma das que puderam contar com a ajuda estadual, mas, segundo relatos, a situação foi usada como instrumento político para campanha eleitoral. Já no estado da Bahia, 11 mil indígenas, de nove povos, foram atingidos. O estado foi o único que contou com a ajuda estadual efetiva.



O orçamento da União como instrumento anti-indígena no governo Bolsonaro

Artigo: baixo orçamento para demarcação e fiscalização de terras indígenas e proteção de indígenas isolados expõe opção política claramente contrária aos povos originários

Por Cleber César Buzatto* e Marline Dassoler**, do Cimi Regional Sul

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022, que recebeu o número 14.303 e foi sancionada no dia 21 de janeiro, estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022. Por meio da Mensagem 26, do mesmo dia, o presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou, dentre outros, parte do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para a ação denominada “Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados”. Em consequência disso, restou, no orçamento da União, para essa ação – que está vinculada ao programa “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas” e é executada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai) – o valor de apenas R\$ 45 milhões. Os valores liquidados na execução orçamentária da mesma ação nos anos de 2020 e 2021, corrigidos pela inflação, foram de R\$ 23,7 milhões e R\$ 33,8 milhões, respectivamente.

No orçamento da União de 2013, a mesma ação orçamentária foi contemplada com o valor de R\$ 87,8 milhões, o maior dos últimos dez anos. Se corrigido de acordo com a inflação registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o valor resultante seria de R\$ 145,8 milhões, segundo a plataforma Siga Brasil, do Senado. Sendo assim, considerando a defasagem causada pela inflação do período, o orçamento aprovado para a ação citada no ano de 2022 corresponde a somente 31% daquilo que foi aprovado para as mesmas atividades em 2013.

O baixíssimo valor aprovado, somado ao veto presidencial ao orçamento de 2022 para a Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados constitui-se num instrumento e expõe as estranhas da opção política anti-indígena do governo Bolsonaro e da maioria dos membros do Congresso Nacional, não se tratando de um ato isolado. Faz parte de uma estratégia intencionalmente montada



Foto: Verônica Holanda/Cimi

A superação da opção política anti-indígena hegemônica no Congresso Nacional e absoluta na presidência da República é condição fundamental, algo que não vislumbramos em 2022, mas que, esperamos, possa se concretizar a partir de 2023

e operada cujos objetivos visam a desterritorialização e o aniquilamento dos povos originários de nosso país.

Como sabemos, o governo Bolsonaro paralisou os procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas, regulados pelo Decreto 1775/96, cujo direito originário dos povos está fundado especialmente no artigo

231 da Constituição Federal brasileira. Isso tem represado as demandas e agravado a situação de vulnerabilidade socioeconômica de dezenas de povos e comunidades indígenas Brasil afora.

A tradução desta opção anti-indígena se dá também por meio do aumento exponencial dos casos de invasão possessória e exploração ilegal de recursos naturais em terras indígenas, que saltaram 137% nos dois primeiros anos do atual governo, de acordo com o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, dados de 2020, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

A permanência destes valores profundamente insuficientes para responder as demandas listadas na ação orçamentária em questão pode resultar, inclusive, em genocídios de povos isolados no Brasil, cujas áreas de ocupação estão cada vez mais pressionadas e ameaçadas por frentes que fazem aumentar, ilegal e criminosamente, a fronteira agrícola e minerária em nosso país.

Está bastante evidente que se faz necessário, de forma urgente, não somente a recomposição inflacionária, mas uma elevação robusta e persistente na previsão e execução orçamentárias nos próximos anos para que, de fato, o Estado brasileiro cumpra sua obrigação moral e constitucional de demarcar, regularizar e fiscalizar as terras indígenas e proteger os povos indígenas isolados que vivem em território nacional.

Neste sentido, a superação da opção política anti-indígena hegemônica no Congresso Nacional e absoluta na presidência da República é condição fundamental, algo que não vislumbramos em 2022, mas que, esperamos, possa se concretizar a partir de 2023. Dentre outros fatores, não resta dúvida que as eleições majoritárias previstas para outubro de 2022 serão definidoras para tanto. ♦

Estragos em curso

Em outubro do ano passado, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) já havia analisado a proposta do governo federal para o orçamento do meio ambiente em 2022 (PLOA 2022) e constatou, na época, que “os estragos seguiriam em curso, devido aos baixos orçamentos e à baixa execução, e também em função de mudanças significativas no modo de operar as políticas de fiscalização ambiental, do licenciamento e da gestão de áreas protegidas”. Para Alessandra Cardoso, assessora política do Inesc e autora da nota técnica “Meio Ambiente e o PLOA 2022”, o estudo feito reforça a análise, compartilhada por especialistas, de que está em curso a “fragilização das políticas socioambientais e das suas formas de implementação, que levaram décadas para serem construídas”.

O Inesc, em seu “Balanço Semestral do Orçamento da União”, também analisou a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), no primeiro semestre de 2021, por meio das ações orçamentárias do órgão e da execução financeira do seu principal programa finalístico, de “Proteção e Promoção dos Direitos

dos Povos Indígenas”, destacando que a morosidade está diretamente relacionada à estrutura esgarçada do órgão. “A lentidão do investimento em políticas públicas destinadas aos povos indígenas contrasta com a intensidade dos ataques sofridos pelas comunidades no primeiro semestre de 2021, seja por meio de invasões de seus territórios, seja pelos numerosos projetos de lei em tramitação no Congresso que visam desmontar os direitos constitucionalmente garantidos”, aponta o documento.

O Instituto destaca ainda que os poucos recursos orçamentários investidos na proteção e fiscalização das terras indígenas são parte de um conjunto de ataques aos povos originários que seguem se multiplicando. “A pressa com a qual projetos como o PL490, PL2633 e o PL191 tem tramitado no Parlamento evidencia que, mais do que enunciava a promessa de campanha, não se trata apenas de não avançar com as demarcações, mas de uma tentativa de acabar com a própria possibilidade de que as Terras Indígenas, inclusive as já demarcadas, existam tal como assegurado na Constituição de 1988”, relata o Inesc em seu balanço.

* Cleber César Buzatto é graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia NSa. Da Imaculada Conceição (FAFINC), especialista em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG), ex-Secretário Executivo e Adjunto do Cimi e membro da equipe Florianópolis do Cimi Regional Sul.

** Marline Dassoler é graduada em Farmácia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestre em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Brasília (UNB) e membra da equipe Florianópolis do Cimi Regional Sul.

Funai de Bolsonaro é pior que a de 1968

Com 60 anos de indigenismo, EGYDIO SCHWADE, indigenista que enfrentou a ditadura militar, critica política anti-indígena e cobra apoio da esquerda a povos originários

Por **Murilo Pajolla** da *Brasil de Fato* – Com a edição de *Vivian Virrissimo*

Na década de 60, o processo de aniquilação dos povos originários estava a pleno vapor. Apesar dos métodos cruéis, quase não havia denúncias ou oposição. O principal condutor do genocídio era o próprio Estado brasileiro por meio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

As primeiras denúncias foram compiladas no chamado “Relatório Figueiredo”, produzido pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia. O documento descrevia casos de tortura, abuso sexual e assassinatos em massa perpetrados pelo governo militar.

Em 1967, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Em linhas gerais, no entanto, a nova organização deu continuidade às atrocidades conduzidas pelo SPI, perpetuando o projeto de dissolução dos modos de vida dos povos.

Por isso soa tão forte a declaração do filósofo, teólogo e indigenista Egidio Schwade, que ajudou a revelar a política genocida da ditadura: “A Funai de hoje é pior do que aquela de 1968. É muito pior. Esse governo do [presidente Jair] Bolsonaro simplesmente invade a cabeça dos índios”.

Aos 86 anos, 59 deles dedicados a denunciar as violações dos direitos dos povos originários, o gaúcho natural de Feliz vive com a esposa, a indigenista Teresinha Weber, em uma casa simples de madeira em Presidente Figueiredo (AM), de onde conversou com o Brasil de Fato, na entrevista disponível na íntegra a seguir.

Brasil de fato: O senhor foi uma das principais vozes a denunciar o genocídio sofrido pelos indígenas durante a ditadura militar. E viveu momentos de conquistas, de avanços na causa indigenista que pareciam trazer algum suspiro de alívio. O senhor imaginava que viveríamos tamanho retrocesso, tal como os povos indígenas denunciavam hoje no governo de Jair Bolsonaro?

Egidio Schwade: É mesmo, eu passei vários momentos desses suspiros de alívio na minha vida. Agora mesmo no dia 1º de janeiro, fez 59 anos que eu iniciei o trabalho de indigenista no oeste do Mato Grosso. No período em que estive no Rio Grande do Sul, nós fizemos uma visita aos índios

Kaingang. Na semana santa, fizemos uma resolução de, em vez de ir à cerimônias [da Igreja Católica], ir ver a situação dos índios no estado. Começamos pela [Reserva Indígena] Nonoai. E no final escrevemos uma série de artigos para o [jornal] *Correio do Povo* relatando o que vimos.

Quando saiu o terceiro artigo, surgiu a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito no Rio Grande do Sul. Como lá havia dois serviços [de atendimentos aos indígenas], um estadual e um federal, começou uma grande discussão, um acusando o outro. Porque a reforma agrária que tinha sido feito no Rio Grande do Sul quase toda havia sido feita sobre as áreas indígenas. E por outra parte o SPI [Serviço de Proteção ao Indígena, mais tarde transformado em Funai], roubava todos os pinheirais. Então ficou essa briga entre os dois que deu na famosa CPI dirigida pelo Jader Figueiredo.

Aí foi a primeira esperança. Nós investimos tudo. Pensamos: “agora vai mudar a política indigenista”. Mas os postos foram ocupados por militares. Ainda assim a gente pensava: “bom, tudo bem, mas vamos ver se eles têm experiência”. E aí já começaram os desmandos. Eles entregavam os postos para empregados deles. E aí desandou totalmente de novo. E a política de integração continuou a mesma.

Também de novo houve um momento em que a gente se engajou. Integramos um grupo de trabalho no final da ditadura militar fazendo um levantamento geral da área [do povo que habita o sudeste de Roraima] Waimiri Atroari. Mas tudo foi abortado por essa política que se seguiu. A Nova República não trouxe nada de novo. A Funai de hoje é pior do que aquela de 1968. É muito pior. Esse governo do [presidente Jair] Bolsonaro simplesmente invade a cabeça dos índios. É muito ruim.

Hoje há um grande número de lideranças indígenas, que são protagonistas das lutas e ocupam de fato o seu lugar de fala. Quando o senhor atuava, isso não era comum. O senhor vê com bons olhos esse fenômeno? Ou acha que é um sinal de que os povos estão tendo que se inserir na cultura não indígena para se defender?

Não, eu acho uma caminhada positiva o que está acontecendo. Eu me lembro há 59 anos, quando eu comeci no noroeste de Mato Grosso. Tinha um padre que tinha feito uma viagem de reconhecimento pelas Missões [religiosas da Igreja Católica] pelo Brasil. E não tinha nenhuma organização indígena no país inteiro. E o índio vinha para o internato [católico, instrumento da política integracionista] não com a perspectiva de voltar à sua terra e defendê-la, mas de ir à Cuiabá para esconder a sua identidade indígena. Então isso foi uma das coisas que primeiro chocou a gente. Por isso é que quando eu fiquei secretário do Cimi, os primeiros dois programas foram as Assembleias Indígenas onde eles pudessem livremente falar de seus problemas e também encontros dos missionários para mudar a cabeça deles.

Acho que isso [o protagonismo indígena] começou no período em que aconteceram essas assembleias, foi o maior avanço. Mas também a questão das terras indígenas: Nonoai foi libertada, Rio das Cobras no Paraná também. A própria [Terra Indígena em Roraima] Raposa Serra do Sol, onde eu estive na primeira reunião com o [bispo e defensor da luta popular pela terra] Dom Tomás Balduino. Essa assembleia foi fechada pela Funai e pela Polícia Federal por causa da nossa presença. Eles exigiam dos índios que nos expulsassem, o que não foi aceito. E foi aí que desencadeou o processo de uma terra com unidade, que mais de 30 anos depois foi homologada como Raposa Serra do Sol.

Então é muito positivo [o crescimento de organizações formadas por indígenas]. O que eu acho atualmente – e estou em diálogo com organizações indígenas e indige-

nistas, como Cimi, Opan e também com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST – é que os acampamentos indígenas [Acampamento Terra Livre (ATL), organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)] que fazem com muito esforço a cada ano em Brasília sejam feitos nas áreas mais conflitivas.

Por exemplo, faz um acampamento de mil pessoas lá em Arariboia no Maranhão dos Guajajara. Quero ver sobrar um caminhão com toras roubadas lá dentro. E a mesma coisa aqui, que estão agora tentando de novo invadir a Raposa Serra do Sol. Estão invadindo cronicamente já os Yanomami. É simplesmente uma calamidade.

O senhor ajudou a fundar as principais organizações que atuam até hoje lado a lado com os indígenas. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Operação Amazônia Nativa (Opan) e a Comissão Pastoral da Terra. Também contribuiu decisivamente para desenhar a política indigenista do PT durante seu nascimento. O senhor se sente satisfeito ao ver como essas organizações evoluíram?

Eu acho que essas organizações, de modo geral, mantiveram sua política. Claro que há a evolução, mas eu acho importante sempre ver um pouco mais as origens, né? Nesse sentido, os culpados nesse ponto, de não aprofundar essa questão é o próprio PT [Partido dos Trabalhadores]. Eu acho que o PT, durante os 13 anos que governou o país deixou muito a desejar no apoio a povos que vivem o socialismo nu e cru – e mesmo organizações como o MST que fazem experiências socialistas fortes, quilombolas... Então eles deveriam dar prioridade de apoio, principalmente a garantia de suas terras. E foi muito lento esse apoio.

Eu inclusive seria favorável a que uma indígena, como aquela índia [Txai] Suruí que foi representar o Brasil – muito bem, por sinal – lá em Glasgow [na COP 26, conferência da ONU sobre mudanças climáticas], ou a Joênia Wapichana [única parlamentar indígena no Congresso brasileiro] fossem a vice do Lula. Isso haveria de agitar, no meu entender, as bases de novo, como foi em 1989, para uma nova esperança.

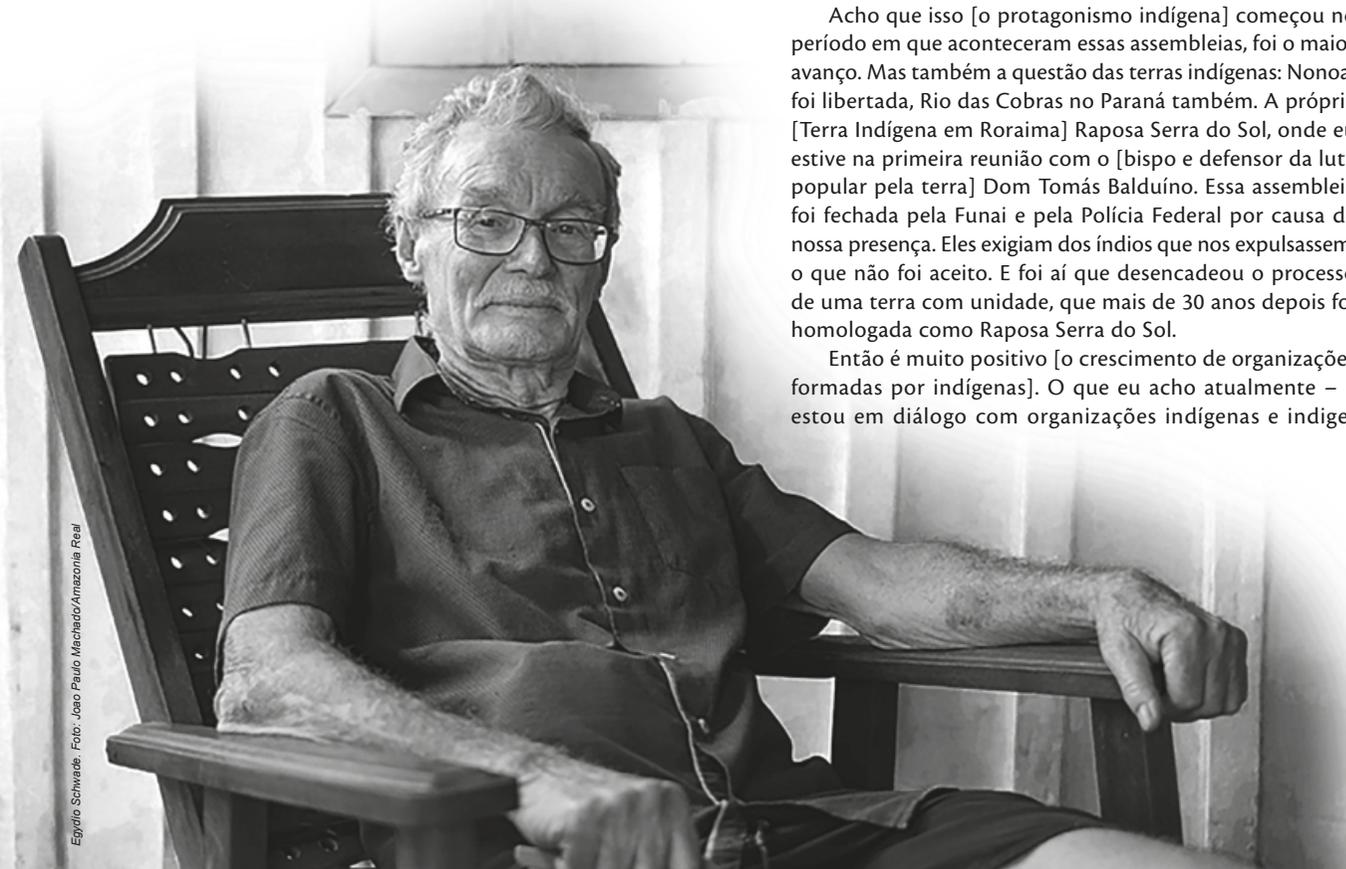
Então de modo geral eu acho que as essas organizações se mantiveram bem dentro de suas linhas, a grosso modo. Embora eu ache que sempre há necessidade de atualização e principalmente de presença e divulgação mais forte. Se bem que são as organizações que estão aí. Sinto-me feliz de ter podido participar da criação de todas, seja do Cimi, seja da Opan e seja da CPT.

Aos 86 anos, o senhor se diz um homem socialista. Qual é o papel das sociedades indígenas na superação do capitalismo? Será possível construir uma sociedade de harmonia entre indígenas e não indígenas?

No meu entender os indígenas são o mais forte paradigma que nós temos para superar o capitalismo. Isso eu acho por exemplo com a declaração da índia lá em Glasgow, a Suruí. Ficou claro, foi a única mensagem realmente que o Brasil trouxe para lá de valor. E o modelo que eles nos apresentam nega nossos avanços tecnológicos, e muitas dessas coisas têm que ser evitadas mesmo. Eles são o paradigma mais claro que nós temos à frente. Se a gente olhar, por exemplo, o MST nos acampamentos deles, é uma vida socialista também. E quanto mais próximos dos indígenas, mais bonita e alegre fica a vida.

O capitalismo é sempre acumulador para o indivíduo. Se ele não tem mais condições de acumular aqui no Brasil, vai lá nas ilhas Cayman ou nas Bahamas. Eu acho que tem que encontrar uma forma maior de fazer presente o socialismo. O capitalismo não vai melhorar, é essencialmente mau. Então a questão é que a gente deve realmente começar a ouvir esses povos. Eles não são egoístas como nós. Nós temos medo que no dia em que eles dominarem, nós não teremos mais vez. Mas eles vão ajudar a cuidar, são muito mais generosos do que nós.

Eu, por exemplo, convivi com povos que foram taxados de criminosos violentos. Nunca me senti mais seguro em outra parte. Apesar das dificuldades que trouxe a estrada a essas aldeias, eles arrumavam comida para nós e para eles e dividiam tudo. E quanto mais levamos as tecnologias, de agricultura ou na saúde... A gente tem o que contribuir também. E eles aceitariam. Eu acho que vai por aí uma mudança dos nossos sonhos para um mundo melhor. ♦



A Funai e a antipolítica indigenista do extermínio

Nas últimas décadas não se viu, por dentro do Estado, ações tão abundantes e organizadas para se contraporem aos povos indígenas

Por **Roberto Liebgott** e **Ivan Cesar Cima**, do Cimi Regional Sul

Desde que o atual governo assumiu o controle do Brasil, os direitos territoriais e os modos de ser e de viver diferenciados dos povos indígenas vêm sendo sistematicamente atacados. Eles, os povos, são tratados como “coisas perigosas”, como pessoas a serem combatidas, ou, ainda, como resíduos de um passado que deveria ser extirpado. A partir dessa lógica genocida, impuseram-se as ferramentas políticas, administrativas, jurídicas e discursivas, tendo como referências: a desterritorialização, a desconstitucionalização e a integração forçada dos povos à sociedade.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi reestruturada para essas finalidades e, desde 2019, trabalha para que o “índio” seja exterminado ou transformado em força produtiva vinculada a um modelo exploratório. Nesse ambiente, as lutas das comunidades e povos pela garantia dos direitos constitucionais são criminalizadas e as terras ocupadas por grupos econômicos que, em geral, violentam os indígenas, desrespeitam e agredem a natureza.

Nos últimos três anos, uma série de medidas restritivas de direitos foram adotadas pela Funai com o objetivo de excluir das políticas de proteção, fiscalização e demarcação de terras mais da metade dos povos originários do país. Nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, as comunidades foram abandonadas à própria sorte, como se não existissem. Autorizou-se a paralisação dos procedimentos demarcatórios e concedeu-se, a terceiros, oportunidade para requerer a posse ou título de propriedade em terras indígenas e nelas exercer atividades de exploração dos recursos ambientais, agrícolas, agrários, minerais, hídricos e madeireiros. E, para dar agilidade a essas pretensões, foram editadas por Funai, Inbra e Ibama algumas instruções normativas e resoluções, tais como as de números 09, de 2020, 01 e 04, de 2021, respectivamente.

Instrução Normativa de número 09, publicada em 2020 pela Funai, trata da possibilidade de certificação de terras indígenas para particulares, quando estas incidirem sobre áreas que cuja demarcação ainda não foi homologada. Através desta medida administrativa, o governo Bolsonaro sinaliza a todos os interessados em requerer e legitimar títulos de propriedades sobre terras da União que o façam, manifestando desejo de uso da terra para exploração econômica. Ou seja, com tal medida, além de atacar frontalmente os direitos constitucionais dos povos indígenas, expressos no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, o governo Bolsonaro pratica crime de improbidade administrativa, já que transfere terras da União, aquelas que deveria zelar e proteger, para particulares. A Instrução Normativa 09/2020 vem sendo desconstituída por decisões judiciais em diversos estados e regiões do país. A Funai tem ignorado tais decisões e permanece aplicando a normativa em sua prática cotidiana de ataque aos direitos indígenas.

Já a Resolução de número 04/2021, medida administrativa expedida pela Funai – e posteriormente caracterizada como inconstitucional pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, dentro da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709 – visava impor a heteroidentificação dos indígenas. Através dessa medida, a Funai deveria determinar os critérios acerca de quem é ou não é indígena. A Funai, tomando por base essa resolução, decidiria quem estaria ou não integrado à sociedade envol-



Acampamento Terra Livre (ATL) 2018. Foto: Guilherme Cavalli/Cimi

vente e, portanto, esse indígena não poderia, jamais, acessar os direitos constitucionais expressos nos artigos 231 e 232.

A Instrução Normativa de número 01, publicada em 24 de fevereiro de 2021, em conjunto pela Funai e Ibama, visa a exploração de terras indígenas por particulares associados aos indígenas. Essa medida desconstituiu o direito dos povos ao usufruto exclusivo de suas terras; ou seja, o governo Bolsonaro, com uma única norma administrativa, possibilitará que qualquer pessoa, em articulação com alguns indígenas, crie o que foi denominado de organização mista, para que esta, mediante o aval do Ibama, possa explorar as terras indígenas, seja para monocultivos de soja ou para a pecuária, seja para desmatar, garimpar e exercer outras atividades econômicas.

A Funai esperava jogar uma espécie de “pá de cal” sobre os direitos indígenas: a partir dessas medidas, se aniquilaria com os preceitos constitucionais à terra e ao seu usufruto exclusivo, com as diferenças étnicas e culturais e com as garantias de que os povos indígenas constituem-se em sujeitos de direitos.

A Advocacia Geral da União (AGU) e a Funai publicaram, no final do ano de 2021, despachos determinando que as coordenações regionais do órgão indigenista não prestem assistência às comunidades e povos que estejam vivendo naquelas terras que não foram homologadas pela Presidência da República. A determinação, difundida por meio do Ofício 18/2021, da Funai, exclui as terras não homologadas dos planos de proteção territorial do órgão indigenista, deixando centenas de comunidades indígenas totalmente desamparados e à mercê da pressão de invasores, fazendeiros, mineradoras e outros agentes econômicos que promovem a devastação de seus territórios.

Tal medida contraria o que estabelece a Constituição Federal no seu artigo 231, bem como no que prescreve a Lei 6001, de 1973, o Estatuto Índio, que expressa em seu artigo 25: “o reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do artigo 198, da Constituição Federal, independerá de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República”.

Nos últimos três anos, os povos indígenas, além de enfrentarem a pandemia da Covid-19 se depararam com um inimigo muito maior: o governo Bolsonaro e seus comandados militares, delegados, ex-policiais e pastores de igrejas neopentecostais que atuam, de forma incessante, contra as tradições, costumes, crenças e ancestralidades das comunidades, violando seus direitos constitucionais

Nos últimos três anos, os povos indígenas, além de enfrentarem a pandemia da Covid-19 – que vitimou mais de 1200 indígenas e contaminou milhares de pessoas, deixando sequelas irreversíveis – se depararam com um inimigo muito maior: o governo Bolsonaro e seus comandados militares, delegados, ex-policiais e pastores de igrejas neopentecostais que atuam, de forma incessante, contra as tradições, costumes, crenças e ancestralidades das comunidades, violando seus direitos constitucionais.

Nas últimas quatro décadas não se viu, por dentro do Estado, ações tão abundantes, planejadas e organizadas para se contraporem aos povos indígenas e suas trajetórias de lutas e conquistas.

Além de transformar o órgão indigenista numa agência de negócios econômicos criminosos, o governo Bolsonaro vem fragilizando as políticas assistenciais, negando prestação de serviços àquelas comunidades mais vulneráveis, que vivem sem terra, nas margens de rodovias ou em pequenas áreas degradadas, contaminadas e sem acesso à água ou qualquer tipo de saneamento básico.

A precarização das condições de vida e a liberalização dos territórios para a exploração econômica gerou um processo de violências contra a vida e contra o meio ambiente sem precedentes no país. A garimpagem, o desmatamento e os incêndios criminosos devastaram terras e desencadearam conflitos resultantes de invasões das áreas. Milhares de garimpeiros ocupam os espaços de vida e atacam os povos. Madeireiros, fazendeiros e grileiros expandiram seus tentáculos de destruição e ódio para dentro dos territórios, tudo sob o comando ou com a conivência do governo Bolsonaro e de seus agentes.

Além disso, as terras demarcadas, que deveriam estar disponibilizadas ao usufruto exclusivo dos povos e comunidades, tornaram-se objeto de especulação através de arrendamentos e cooperativas que, na prática, privatizaram as áreas pertencentes à União e que deveriam estar disponibilizadas para as comunidades indígenas.

O caos só não se completou neste período por conta de medidas judiciais que buscaram colocar freios à perspectiva genocida do inominável. O STF determinou, dentro do Recurso Extraordinário do processo de nº 1.017.365, qualificado como de repercussão geral e que trata sobre demarcação de terras, a suspensão de todos os processos judiciais que visavam desconstituir demarcações de terras. Conteve ainda os efeitos do Parecer 001/AGU de 2017, o qual vinculava toda a administração pública – responsável pelos procedimentos demarcatórios de terras indígenas – à tese descabida do marco temporal. Com a tese, pretendia-se eliminar do mundo jurídico e administrativo os direitos estampados no artigo 231 da Constituição Federal, onde se garante a demarcação das terras indígenas, caracterizadas como tradicionais e originárias.

Também o movimento indígena, a partir de seus povos e comunidades, desencadeou intensas mobilizações contra a antipolítica e exigiram respeito a seus direitos constitucionais. Houve, ao longo de todo o ano de 2021, grandes e expressivas mobilizações indígenas tanto de âmbito local, como regional e nacional. Estas, efetivamente, ampliaram alianças, apontaram agendas de lutas e fizeram frente ao governo genocida.

Mas os caminhos ainda são pedregosos, pois tramitam no Congresso Nacional dezenas de projetos de lei que fragilizam os direitos indígenas e liberalizam os territórios para a exploração devastadora da terra. Neste ambiente complexo, é estratégico e urgente manter as articulações, juntar as forças dos povos originários, das comunidades quilombolas e de todos os demais grupos e coletividades numa mesma sintonia: evitar retrocessos e exigir, dos órgãos e poderes públicos, responsabilidade e compromisso com a defesa da vida, dos territórios, dos direitos humanos e constitucionais.

Somente com a força dos de baixo, com suas articulações políticas, com suas cosmovisões, espiritualidades e ancestralidades, poderemos barrar o avanço das ações e medidas administrativas anti-indígenas dentro dos palácios e retomar os caminhos da justiça e do bem viver. ♦

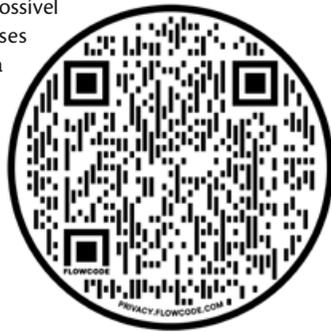
Projeto Literatura Indígena: você conhece a literatura indígena da sua região?

Texto do site *Visibilidade Indígena**

A literatura indígena brasileira contemporânea é um movimento estético-político protagonizado pelos sujeitos indígenas, na via editorial, em língua portuguesa e em língua materna, desde a década de 1990 até os dias de hoje. Com estimados 57 escritores na categoria individual, isto é, que publicam como autores de suas obras, inauguram um diálogo com a sociedade dominante sem mediação, com a intenção de diminuir as distâncias e desconhecimentos sobre os povos originários residentes no território nacional.

A difusão da produção literária indígena, que marca exatamente a reivindicação para ser conhecida enquanto contemporânea, em oposição ao “tradicional”, construída sob o signo da modernidade, nega aos indígenas o presente. Os povos e sujeitos indígenas são constantemente condenados ao passado por serem considerados sociedades tradicionais – no sentido de antimodernas e sem Estado, e sem nação própria – com os adjetivos pejorativos que tal construção acarreta. Para enfrentar a colonialidade intrínseca à história, filosofia, literatura, e o esforço constante, diz Linda Tuhiwai Smith, socióloga Maori, “de governos, estados, sociedades e instituições para negar a constituição histórica de tais condições” que perpetuam o racismo, a desigualdade econômica e a injustiça social, é que os escritores indígenas se empenham em negociar com a sociedade hegemônica, diz Janice Thiél, “um novo lugar para tornar visível a história e as identidades indígenas”.

Os(as) escritores(as) indígenas brasileiros(as) representam vinte e seis povos indígenas. Já é possível encontrar fontes que reúnem esses dados, tais como a Bibliografia das Publicações Indígenas do Brasil, disponível no site <https://pt.wikibooks.org/> (*Accesse pelo QR Code*). Além dele, é possível encontrar outras informações dos escritores no site da Livraria Maracá, que além de livraria também funciona como blog.



JULIE DORRICO, MACUXI, pesquisadora de doutorado em literatura indígena brasileira contemporânea, pela PUCRS, em conjunto com Carina Oliveira, Pataxó, autora do perfil intitulado Literatura Indígena Brasileira (@literaturaindigenabrasil), que tematiza e compartilha obras e perfis de literatura de autoria indígena, estão com um projeto de ampliar o alcance dessa produção literária no país. O pontapé inicial foi a abertura de perfis de literatura indígena por estado, com a intenção de divulgar os autores indígenas residentes no Estado e outros autores indígenas no Brasil.

“Outros parentes começaram a abraçar o projeto Literatura Indígena no Brasil e ele se tornou coletivo, com apoio voluntário dos parentes de diferentes lugares do país. Por isso, convidamos os parentes a abraçarem esse movimento, a fim de levarmos as referências indígenas para as escolas indígenas, para as cidades que vivemos, para os centros culturais de nossa região como forma de demarcar simbolicamente tais territórios físicos, mas também os simbólicos da cultura brasileira. A partir dessas referências podemos lutar contra o racismo estrutural enraizado na mentalidade do Estado-nação, e reivindicar reconhecimento de nossas humanidades, modos de vida, línguas, pertencimentos. Com isso vamos desmistificando a ideia do “índio genérico” (termo não utilizado por evocar concepções negativas sobre os povos originários), ao apresentar um escritor e sua etnia; educando sobre a pluralidade e a diversidade dos mais de 305 povos e 274 línguas indígenas em detrimento da falsa concepção de que existe somente um povo (brasileiro) e uma língua (portuguesa) no país”, explicou Julie Dorrico. ♦

lívras, pertencimentos. Com isso vamos desmistificando a ideia do “índio genérico” (termo não utilizado por evocar concepções negativas sobre os povos originários), ao apresentar um escritor e sua etnia; educando sobre a pluralidade e a diversidade dos mais de 305 povos e 274 línguas indígenas em detrimento da falsa concepção de que existe somente um povo (brasileiro) e uma língua (portuguesa) no país”, explicou Julie Dorrico. ♦

* Julie Dorrico é Macuxi. Autora de “Eu sou macuxi e outras histórias”, publicado pela editora Caos e Letras (2019). Doutoranda em Teoria da Literatura na PUCRS. Contato: juliedorrico@gmail.com

Lenda indígena Bororo vira jogo digital educativo (e poesia) para crianças

A importância da preservação da natureza, a sustentabilidade e o empoderamento dos povos indígenas ajudaram a enriquecer o roteiro

Por *José Tadeu Arantes**

Uma narrativa oral, originalmente em língua Bororo, exposta em volume acadêmico escrito em francês; o texto francês vertido para o português; o material em português recriado em linguagem poética; e o discurso poético convertido em jogo digital educativo. Esta sequência de traduções foi o caminho percorrido por Jeriguigui e o Jaguar, uma saga indígena que se tornou também uma saga transcultural.

A história se baseia no relato “As araras e seu ninho”, recolhido por missionário italiano e explorado por Claude Lévi-Strauss (1908-2009) em seu livro “O Cru e o Cozido”, primeiro dos quatro volumes que compõem Mitológicas, a obra seminal do grande antropólogo belgo-francês. A narrativa e sua interpretação viraram poesia e aplicativo digital pelas mãos de Maria Sílvia Cintra Martins, professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

“Esse objeto cultural é um dos resultados do projeto ‘Tradução, poética e artefatos culturais em práticas de letramento na educação infantil’, apoiado pela FAPESP. Seu objetivo pedagógico é levar a temática indígena para crianças da Educação Infantil e do primeiro ciclo do Ensino Fundamental”, afirma Martins.

Segundo a pesquisadora, além de contribuir para a implementação do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo escolar, conforme determina a Lei 11.645-08, o aplicativo é também uma tentativa de inovação no domínio dos multiletramentos.

Como incontáveis lendas que povoam o universo mítico de vários povos em todo o mundo, a narrativa segue o roteiro da chamada “jornada do herói”, na qual um personagem, masculino ou feminino, geralmente jovem, enfrenta uma série de desafios para alcançar um determinado objetivo que, ao final, se revela como símbolo de sua própria realização como indivíduo.

O herói – ou a heroína – precisa vencer adversários e superar obstáculos. Mas conta com a ajuda providencial de alguém mais maduro, muitas vezes um ancião ou anciã, que o alerta sobre os perigos, o inicia em certos conhecimentos e eventualmente lhe dá um objeto com poderes protetores.

“Esse tipo de enredo, que aparece amplamente na literatura, no cinema e em tantos outros produtos culturais, exerce um enorme fascínio em crianças e adultos, porque lida com conteúdo arquetípico que estão presentes no psiquismo de todos nós”, comenta Martins.

A saga é contextualizada junto à Serra do Roncador, em Mato Grosso, e tem como protagonista o menino Bororo, Jeriguigui. Além dele, participam seu pai, sua avó, a onça-jaguar e vários outros animais, alguns em risco de extinção: o urubu-de-cabeça-vermelha, as araras azul e vermelha, o jabuti, a raposa, o gavião real, o colibri, o gafanhoto.

“O material de base que utilizei – As araras e seu ninho – é um mito de origem de importância fundamental, pois trata da conquista do fogo pelos indígenas, na transição entre o cru e o cozido. Subtemas como a importância da preservação da natureza, a sustentabilidade e o empoderamento dos povos indígenas ajudaram a enriquecer o roteiro”, acrescenta.

A pesquisadora conta que seu maior cuidado foi evitar qualquer tipo de caracterização estereotipada dos personagens. O aplicativo não trata de indígenas genéricos – que, na verdade, não existem. Mas dos



Ilustração Wikimedia Commons

Bororo, com suas feições corporais, seu modo de construir a aldeia, seus artefatos característicos. E, para isso, ela contou com a grande ajuda de Márcio Paromeriri Bororo, cantor e líder dessa etnia.

“A pesquisa voltada para as narrativas mitológicas ocupou o primeiro semestre de 2020. Devido à pandemia, não pudemos fazer trabalho de campo. Nem ter acesso a certos acervos. Por isso, após a escolha da narrativa, realizamos, virtualmente, um levantamento de imagens – fotos e desenhos – representativas da geografia em que se inserem os Bororo, dos artefatos, das peças de vestuário, dos adornos etc”.

Paralelamente à feitura das imagens, a pesquisadora trabalhou na conversão da narrativa em linguagem poética. Vale lembrar que a linguagem poética é a forma, por excelência, dos grandes épicos da antiguidade: o Ramayana, o Mahabharata, a Ilíada, a Odisseia, a Epopeia de Gilgamesh etc.

“Alguns volumes físicos nos ajudaram muito. Entre eles, A Epopeia Bororo, o Pequeno Dicionário Bororo/Português e a Arte Plumária e Máscaras de Danças dos Indígenas Brasileiros. As imagens foram, então, enviadas à equipe de informática contratada, para que o desenhista Hugo Cestari se baseasse nelas e em seus detalhes. E, à medida que o trabalho dele avançava, mandávamos o material para a avaliação de Márcio Paromeriri Bororo, que fez várias recomendações úteis para garantir a autenticidade”, conta a pesquisadora.

Foram recursos como rimas, aliterações e assonâncias que possibilitaram aos antigos memorizar uma quantidade prodigiosa de versos, antes que essas enormes narrativas transitassem da expressão oral para a escrita. São elas também que conferem um sabor especial às cantigas infantis atuais.

“O material poético foi, posteriormente, adaptado para o formato de jogo, apropriado para crianças de 5 a 10 anos. Um engenheiro de software, especialista na construção de jogos, nos orientou sobre como dividir as fases, sempre com novos desafios e premiações. O roteiro final possui 80 páginas, divididas em 12 fases, com seis cenários diferentes. E, no roteiro, foram introduzidos alguns jogos característicos das culturas indígenas, como o Jogo da Onça, por exemplo”, relata Márcia.

O jogo Jeriguigui e o Jaguar poderá ser acessado no site do Grupo de Pesquisa LEETRA (Linguagens em Tradução) e, também, em plataformas de aplicativos de jogos. ♦

* Este texto foi publicado originalmente no site da Agência Fapesp, em 20/9/2021. Publicado no Conexão Planeta por Mônica Nunes.

Ano eleitoral: governo busca aprovar “pautas da morte”

Antes das decisões das urnas, bancadas alinhadas à Bolsonaro devem forçar a aprovação da agenda anti-indígena

Por **Hellen Loures**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Dois mil e vinte e dois é um ano eleitoral e será marcado por diversos acontecimentos importantes que decidirão o futuro do país, incluindo às inúmeras decisões a cargo do Poder Legislativo, que colocam os parlamentares numa corrida contra o tempo para aprovação de projetos de interesse do governo ainda sem definição. Toda essa dinâmica dá mais movimento ao Congresso Nacional e algumas pautas ganham ainda mais força.

O coordenador do Cimi Sul, Roberto Liebgott, em entrevista ao *Jornal Extra Classe*, frisou que os últimos oito meses “desse desgoverno serão desafiadores e precisaremos, mais do que tudo, colocar obstáculos à sua saga devastadora e, para tanto, necessitaremos intensificar as denúncias, as mobilizações e as articulações políticas e jurídicas no Brasil e no exterior”.

Para “passar a boiada” antes das decisões das urnas, negligenciando à política indigenista e ambiental do País e em apoio às chamadas “pautas da morte”, o governo de Jair Bolsonaro, primeiro governo desde a redemocratização a não demarcar nenhuma terra indígena, tenta, a todo custo, votar projetos que são danosos aos povos originários e à legislação socioambiental brasileira, ainda mais diante da influência popular reduzida pela nova onda de Coronavírus e com a Câmara e Senado atuando remotamente. Ou seja, mesmo diante da continuidade da crise sanitária, econômica e ambiental, o governo e seus apoiadores no parlamento seguem movimentando propostas que servem ao interesse de poucos.

Veja a agenda anti-indígena do governo federal, pautada no Congresso Nacional, com propostas legislativas que buscam restringir os direitos dos povos originários ou que causam danos irreversíveis aos ecossistemas brasileiros.

- **Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 177/2021 – Denúncia da Convenção 169/OIT**

O que prevê: a desobrigação do Brasil ao cumprimento à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), principal instrumento de direito internacional para a proteção dos direitos indígenas e quilombolas, garantindo às comunidades tradicionais, entre outras coisas, o direito de autodeterminação sobre suas próprias vidas e território, rompendo com a doutrina da tutela do Estado e, ao mesmo tempo, com aquela ideia do que é civilizado e do que não é civilizado. O Projeto, de autoria do Deputado Federal Alceu Moreira (MDB-RS), pretende autorizar o Presidente da República a denunciar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), permitindo que Jair Bolsonaro retire o Brasil da Convenção, que é reconhecida em 23 países.

Status: Desde maio do ano passado está em discussão na Câmara dos Deputados e, agora, aguarda designação de relator na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

- **Projetos de Lei 191/2020 - PL da Mineração**

O que prevê: a liberação para mineração, construção de hidrelétricas, a exploração de petróleo e gás e a agricultura em larga escala nas terras indígenas sem entraves, mesmo sem aval dos índios. De autoria do deputado Homero Pereira (PR-MT) e do Executivo, o PL da Mineração ameaça a soberania dos indígenas sobre seus territórios, aumentam sua exposição à violência, a doenças e contaminações.

Status: PL 191 aguarda apreciação na Câmara, aguardando a criação de comissão especial pela Mesa Diretora.



Foto: Marina Oliveira

Ato simbólico de denúncia a agenda anti-indígena do governo federal e do Congresso Nacional. Um grande caixão, simbolizando os “projetos de morte” contra os povos originários, foi queimado em frente ao Palácio do Planalto em agosto de 2021, durante a realização do acampamento “Luta Pela Vida”, que reuniu mais de 6 mil indígenas de 176 povos de todas as regiões do País

- **Projetos de Lei 490/2007 - Ameaça a territórios e povos indígenas**

O que prevê: a flexibilização do usufruto exclusivo das terras indígenas pelos povos originários, garantido pela Constituição, e, na prática, inviabiliza demarcações de terras indígenas ao impor a tese do marco temporal, além de transferir do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcação de terras indígenas. De autoria do deputado Homero Pereira (PR-MT) e do Executivo, o PL ainda permite a exploração de terras indígenas para os mais diversos empreendimentos econômicos, como agronegócio, mineração e construção de hidrelétricas.

Status: PL 490 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e segue para votação no plenário.

- **Projetos de Lei 2.633/2020 e 510/2021 – PLs da Grilagem**

O que prevê: alteração das normas de regularização fundiária em áreas da União. São chamados de “PLs da Grilagem” e, na prática, propõem legalizar grandes extensões de terras públicas. O PL 510, além disso, pretende alterar a data limite para que invasões de terras públicas sejam legalizadas, passando o prazo de 2011 para 2014. Com os PLs, de autoria do deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG) e do senador Irajá Abreu (PSD/TO), as ocupações ilegais poderão ser regularizadas apenas com a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), dispensarão imóveis de recompor a vegetação nativa e devem aumentar os conflitos por áreas com títulos precários.

Status: projetos de lei 2.633/2020 está na Câmara e o 510/2021 no Senado, aguardam apreciação.

- **Projeto de Lei 2.159/2021 (antigo 3.729/2004) – “a mãe de todas as boiadas”**

O que prevê: o desmonte do licenciamento ambiental de obras no país todo, ao isentar 13 tipos de atividades e permitir o “autolicensing” para uma série de projetos, derrubando parâmetros nacionais para que estados decidam sobre processos, fragilizando um dos principais instrumentos de proteção ambiental. Isso deve aumentar a judicialização de licenças e as ameaças a comunidades indígenas e tradicionais afetadas por obras, abre alas ao desmatamento e outros impactos dentro e fora de áreas protegidas. É de autoria dos deputados petistas, como Luciano Zica (PT/SP), Walter Pinheiro (PT/BA) e Zezéu Ribeiro (PT/BA), mas sofreu inúmeras alterações no decorrer desses 17 anos até ser descaracterizado.

Status: a proposta já foi aprovada pelos deputados em maio do ano passado e agora tramita no Senado

- **Projeto de Lei 6.299/2002 - “pacote do veneno”**

O que prevê: o aumento da circulação de agrotóxicos no país, por meio da flexibilização da autorização e registro de agrotóxicos no país, permitindo a liberação de agrotóxicos mutagênicos, carcinogênicos e de alta toxicidade, liberando inclusive substâncias que são proibidas em outros países. O “pacote do veneno” flexibiliza os critérios de controle e de autorização destas substâncias e troca o termo “agrotóxicos” por “pesticidas”. De autoria do ex-senador Blairo Maggi, o PL distancia a agricultura ecológica e justa, traz risco para a saúde humana (câncer e malformação) e danos ambientais (contaminação da água, solo e ar), além de trazer ainda mais insegurança alimentar, porque o uso de agrotóxicos favorece

STF: marco temporal no fim da fila

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, pautou o julgamento da tese do marco temporal, Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, para o dia 23 de junho de 2022, penúltima semana antes do recesso de julho, trazendo apreensão sobre a possibilidade de um novo adiamento do caso, tendo em vista que, até outubro, outras questões de cunho eleitoral possam surgir no tribunal, jogando a causa indígena para o fim da fila.

O fato é que o governo federal, cada dia mais, tem negligenciado a política indigenista do País e somente a pressão da sociedade civil e de organizações nacionais e internacionais poderá pressionar o STF a concluir o julgamento, cobrando do presidente Fux seu posicionamento de que a matéria indígena teria prioridade no Supremo. Quanto mais o tribunal demora a decidir, maiores são as chances de os parlamentares aprovarem o marco temporal por meio do PL 490, que aguarda votação em plenário.

a produção de mais commodities (soja, milho, algodão) e não de mais comida.

Status: Após 20 anos de tramitação, a Câmara dos Deputados aprovou o texto final do Projeto de Lei que agora aguarda apreciação pelo Senado Federal.

- **Projeto de Lei 5.544/2020 – PL da “caça esportiva”**

O que prevê: a liberação da “caça esportiva” de qualquer animal silvestre no país, alegando fomentar a “conservação de espécies ameaçadas de extinção”. O tiroteio estaria liberado para qualquer pessoa com mais de 21 anos portando um registro e uma licença de Colecionador, atirador ou Caçador (CAC). É de autoria do deputado federal Nilson Stainsack (PP/SC).

Status: pronta para entrar na pauta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara.

- **Projeto de Lei PL 4.348/19 – Grilagem em assentamentos rurais**

O que prevê: a liberação da grilagem em assentamentos rurais e a privatização de áreas destinadas à reforma agrária. O PL ameaça direitos de agricultores e agricultoras familiares e pode facilitar a ocupação ilegal de terras públicas. O texto aprovado altera a legislação atual que regulamenta a regularização fundiária em assentamentos rurais dentro e fora da Amazônia Legal. No entanto, já existe lei para titular terras de trabalhadores rurais – ela precisa ser aplicada.

Status: em abril do ano passado foi aprovado sem nenhum debate no Senado e, agora, aguarda definição da Câmara. Se aprovado pelos deputados, seguirá para sanção presidencial.

- **PDL 28/2019 – Fragmentação de terras indígenas**

O que prevê: a exclusão da Terra Indígena São Marcos da área urbana da sede do Município de Pacaraima, em Roraima, uma uma brecha para que territórios indígenas sejam fragmentados em todo o país. De autoria do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), o argumento é de que a União teria “afrontado” os poderes do município ao regulamentar as terras em seus limites. No entanto, o processo administrativo de demarcação e homologação da terra foi concluído em 1991 pelo Decreto de Homologação 312/1991 e com o Registro no Sistema de Patrimônio da União (SPU) efetivado. O município de Pacaraima só foi criado em 1995. O artigo 1º do Decreto situa, na época, a TI São Marcos “no município de Boa Vista”.

Status: Depois de passar pelo Senado em 2019, o PDL tramita na Câmara dos Deputados, aguardando deliberação no plenário.

- **PL 984/2019 – Reabertura de estrada que corta ao meio o Parque Nacional do Iguazu**

O que prevê: a reabertura da Estrada do Colono dentro do Parque Nacional do Iguazu, que é Patrimônio Natural da Humanidade e uma área de Mata Atlântica rica em biodiversidade. Localizado no Paraná, o parque seria cortado ao meio, ameaçando a vida de espécies animais e vegetais que habitam nele.

Status: Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa, pronta para Pauta no Plenário. ♦

Cimi, rumo aos 50 anos, e o seu Porantim, a borduna dos povos indígenas

Estamos a caminho, com Aquele que é “Caminho, Verdade e Vida”, em celebração da Memória, da Resistência, da Mística e da Utopia de nossa missão em defesa da vida e dos projetos de futuro dos povos indígenas de nosso país

Textos do “Boletim 50 anos Cimi”, edição especial nº 2*

Na sede da livraria A Maíra, do poeta amazonense Dori Carvalho, em Manaus, no feriado de 1º de maio de 1978, foi lançada a primeira edição do jornal Porantim. Eram apenas cinco páginas mimeografadas trazendo notícias de vida dos povos indígenas, que resistiam ao regime militar, a partir da atuação dos missionários e missionárias do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na região que abarca o Regional Norte I.

A razão que levou o Porantim ao prelo está relacionada à instalação deste Regional em Manaus, após a realização do Curso de Indigenismo, realizado em janeiro de 1978, na Casa Jordão, da Congregação Salesiana. Os presentes pediram uma maior presença do Cimi na região e a criação de um boletim para intercambiar informações entre os missionários e missionárias embaralhados pela Amazônia. O jornal nasce amazônica para alguns anos depois se tornar nacional.

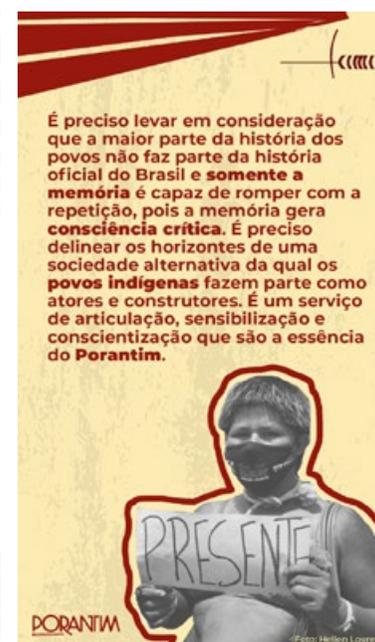
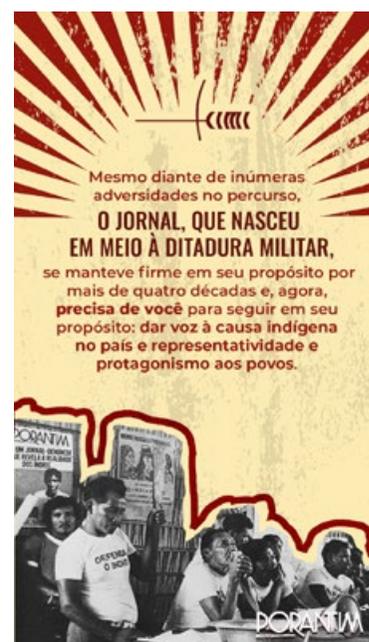
Circulando entre aldeias, percorrendo rios e florestas, passado de mão em mão como o jornal subversivo que era, com críticas mordazes aos militares, o Porantim logo teve o número de páginas aumentado, já em 1979. Sendo rodado em off-set, deixou de ser um simples boletim. As capas se tornaram provocativas, de denúncia, mas sem perder certa irreverência, o que irritava os militares.

Paulo Suess foi o primeiro coordenador do Cimi Norte I e um dos fundadores do Porantim.

Ele lembra do desafio lançado ao jornal de ser um veículo da imprensa alternativa em tempos de censura, conectar a atuação do Cimi espalhada pela Amazônia e captar as nuances destes povos. Em 1982, o desafio foi renovado porque o jornal passou a ser definitivamente o jornal de todo o Cimi, chegando a todo país, tendo a redação transferida para Brasília.

Documentos descobertos pelo pesquisador Marcelo Zelic mostram que o Porantim era lido por ao menos 20 instâncias do Estado em 1981, entre o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), que operava na região com sua Agência Amazônia, ministérios e secretarias. Desde a fundação, documentos comprovam que o Porantim sempre foi monitorado, assim como seus editores e integrantes do Regional Norte I. Um dos editores do Porantim, logo que o jornal chegou a Brasília, o jornalista Antônio Carlos Moura, chegou a ser preso pela ditadura por atividades subversivas relacionadas ao Porantim.

Batizado pelo jornalista, escritor e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), José Ribamar Bessa Freire, primeiro editor do jornal, ainda em Manaus, Porantim é uma palavra emprestada da língua Sateré-Mawé e pode ter três significados, filosoficamente interligados: remo, arma e memória. Até hoje três palavras que sintetizam a existência do jornal indigenista mais longo do país, que roda 3 mil e trezentos exemplares mensais em dez edições por ano.



Os Mártires da Caminhada

Fazemos memória a João Bosco Penido Burnier, SJ (1917-1976), mártir em Ribeirão Cascalheiras/MT, em 11 de outubro de 1976

O Padre João Bosco Penido Burnier nasceu no dia 11 de junho de 1917, em Juiz de Fora (MG). Foi ordenado presbítero da Companhia de Jesus em 1946, em Roma. Em 1954, após concluir os seus estudos na Espanha retornou ao Brasil e se tornou Mestre de Novíços, mas seu sonho era ser missionário entre os indígenas como os primeiros jesuítas.

Por isso veio trabalhar na Missão em Diamantino (MT) junto aos indígenas Bakairi e com os Tapayuna, mais conhecidos como Beijos-de-Pau. Como a Missão Anchieta tomou a decisão de fechar o Internato de Utariti em 1968 e os jesuítas irem morar com os indígenas nas suas aldeias, aqui começou o Cimi, com a fundação do primeiro Regional Mato Grosso. O Padre Burnier participou da coordenação desse regional e atuava também na prelazia de São Felix do Araguaia (MT), região de intensos e extremos conflitos fundiários, a região do Brasil que mais tem registros de conflitos no campo. Além dos trabalhos com indígenas, Burnier passou a desenvolver trabalhos com camponeses e a defesa dos direitos humanos, o que era extremamente arriscado durante a Ditadura Militar.

Como coordenador estatutário do Regional do Cimi-MT, foi dar um retiro e acompanhar a Assembleia da Prelazia. No retorno para Cuiabá, no dia 11 de outubro de



Missa de exéquias do Padre Burnier concelebrada por Dom Henrique Froelich, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Erwin Krautler (Diamantino, 13/10/1976)

1976, juntamente com Dom Pedro Casaldáliga, Burnier iria participar da Missa de Nossa Senhora Aparecida em Ribeirão Cascalheira. Todos escutavam as duas mulheres presas que estavam sendo torturadas na cadeia da cidade. Os policiais queriam que elas informassem onde estavam seus maridos, pois aconteceu um confronto com os sem-terra e um policial foi morto no conflito. Dom Pedro e o Padre Burnier foram até a delegacia pedir para pararem com as torturas que estavam sendo praticadas pelos próprios policiais. Os policiais disseram que ali era assunto deles e que voltassem para a sacristia. Com a essa

insensibilidade, o Padre Burnier que possuía militares de alta patente na família, afirmou: “Amanhã estou indo para Cuiabá e vou denunciar vocês aos seus superiores!” Encurralados, o soldado Ezy Ramalho Feitosa, desferiu um soco, uma coronhada que derrubou Burnier no chão. Em seguida, deu um tiro de bala “dundum” em sua cabeça. Dom Pedro prontamente conseguiu uma avioneta que o levou ao hospital em Goiânia (GO). Na viagem, Dom Pedro, segurando sua cabeça ao colo, o Padre Burnier conseguiu falar que oferecia sua vida pelos indígenas e pelos pobres. Como veio a falecer no dia seguinte, seu corpo foi sepultado no Seminário Menor, Jesus o Bom Pastor, em Diamantino (MT).

Em dezembro de 2009, o Governo Federal, através do trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, admitiu que o assassinato do Padre Burnier, foi provocado pelo regime militar. O reconhecimento oficial da culpa do Estado pela morte repara um erro histórico e abre caminho para a indenização dos familiares de Burnier e os jesuítas, o que consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014, p. 891). Em sua memória acontece em Ribeirão Cascalheira, na Prelazia de São Felix do Araguaia, a Romaria dos mártires da caminhada, a cada 5 anos.

Resistência e Mística: Feliz daquele que crê na luta

“O conselho repassado
Para os dias que virão
Semear de tudo um pouco
Aumentar a plantação
Pra garantir a fartura
Sem fazer destruição
Nossa casa é a natureza
Onde vive a certeza
Da pertença a este chão’

Utopia: o futuro é o lar dos nossos medos mais profundos e das nossas maiores esperanças.

“Nesse tempo de escuta
Muitos vão querer falar
Mesmo que o som da voz
Vier de outro lugar
Cobrando essa dormência
Chamando para acordar
Não é tempo de agonia
Olhem os bons sinais do dia
Temos que acreditar”

* O Boletim dos 50 anos do Cimi, instrumento de construção coletiva e circulação interna e aliados, retende servir para registrar alguns elementos do “Processo Celebrativo dos 50 anos do Cimi”, bem como para fazer memória, de forma bastante sintética, de alguns temas que marcaram esta bonita caminhada da entidade, tais como: “Os Meios de Comunicação do Cimi”; “Os Mártires da Caminhada”; “As Semanas dos Povos Indígenas”; “A Formação no Cimi”, entre outro

Dia do Índio? Dispensamos: temos nosso próprio calendário de luta que nos representa e contempla!

Relembramos nestes dias os mais de 500 anos de luta indígena e protestamos contra o etnocídio que invisibiliza, em pleno 2022, todos os povos do País

Texto da Página Visibilidade Indígena – VI

O Dia Nacional da Consciência Indígena foi lançado oficialmente a nível nacional em 2013, mas desde 1985 o líder indígena Marcos Terena já falava sobre essa ideia. A data 20 de janeiro foi escolhida para marcar o dia da morte do guerreiro Aimberê, grande liderança e força expoente da Confederação dos Tamoios, esta que foi a união dos povos originários contra os invasores de Pindorama, a colonização e a escravidão.

O Dia Nacional da Luta dos Povos Indígenas, dia 7 de fevereiro, foi instituído em 2008 em homenagem ao líder Sepé Tiaraju, que comandou a revolta dos Sete Povos das Missões contra o Tratado de Madri. O levante Guarani contra a dominação espanhola e portuguesa no Rio Grande do Sul se deu em defesa de seu território ancestral.

O Dia Internacional dos Povos Indígenas, 9 de agosto, tem sua origem em 1994, firmado pela ONU, com o propósito de lembrar a importância de inclusão dos povos indígenas nos direitos humanos, além da nossa preservação cultural e homenagem às diversas e extensas contribuições feitas através de nossas culturas e sabedorias ancestrais às sociedades não-indígenas. A data foi escolhida em referência ao dia da primeira reunião do Grupo de Trabalho da ONU sobre populações indígenas em 1982.

Durante o II Encontro de Organizações e Movimentos da América em 1983 na Bolívia, estabeleceu-se no dia 5 de setembro o Dia Internacional da Mulher Indígena em homenagem à guerreira Aymara Bartolina Sisa, uma das comandantes da rebelião anticolonial de Túpac Katari, e que fora esquartejada nesta mesma data em 1792. Bartolina Sisa é uma heroína, guerreira e símbolo de força e resistência das mulheres indígenas deste continente.

O Dia da Resistência Indígena, dia 12 de outubro, é comemorado em memória a luta dos povos originários contra a invasão de Abya Yala em 1492. Surgiu em oposição ao “Dia de Colombo” e ao “Dia da Raça”, que celebram a chegada dos europeus a este continente. É uma data que visa preservar, honrar e sempre lembrar de nossa resistência, de nossa luta.

E o Dia do Índio?

Em abril de 1940, ocorreu no México o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, que pretendia discutir políticas para “zelar” os direitos dos povos originários. Deste modo, recomendou-se que no dia 19 de abril (data da primeira reunião do Congresso) deveria ser estabelecido o Dia do

Índio, como forma de estudar os problemas dos indígenas na atualidade por meio das instituições de ensino. Em 1943, Getúlio Vargas adota a recomendação e decreta o Dia do Índio nacionalmente.

Os problemas?

1) O indigenismo.

As políticas indigenistas foram políticas de Estado marcadas pela ausência de participação dos indígenas em suas formulações e na sua efetivação. O indigenismo do Estado Brasileiro foi construído no início do século XX a partir de concepções jurídicas, sociológicas e antropológicas fortemente amparadas em concepções assimilacionistas e tutelares que, até os dias atuais, promovem efeitos nocivos, através de decisões judiciais e ações públicas.¹

Ou seja, não é uma forma de política que nos contemple, pois, ela não é pensada em diálogo conosco tampouco a partir de nossos costumes, sabedorias ou tradições. Não nos contempla, não nos representa.

2) O objetivo da criação da data pelo Congresso Indigenista Interamericano não foi aplicado no Brasil.

O Dia do Índio no Brasil foi constituído de maneira a celebrar o “índio”, como uma figura mitológica nacional, ao invés de adentrar no ambiente das instituições de ensino em forma de pesquisar e trabalhar com o indígena na atualidade e seus problemas.

Deste modo, perpetuou-se o imaginário de que o “índio” é algo do passado, caricato, alegórico, fantasioso... uma figura construída de maneira totalmente estereotipada, que não condiz com nossa riqueza étnica, com nossa enorme pluralidade cultural; em suma, que não condiz com nossas realidades.

Por isso, comumente dizemos que “nosso dia é todo dia”. Educadores indígenas, como Daniel Munduruku, lançam a questão há um bom tempo:

“O Dia do Índio é uma farsa criada com boa intenção. É preciso repensar o conceito do “índio”, de acordo com o novo momento que estamos vivendo. Há um entendimento ultrapassado, que precisa ser atualizado, sobretudo para o bem do povo brasileiro”².

Para nós, as críticas e os debates em torno dessa questão (e diversas outras) não são novidade. O grande problema é o não-indígena não conhecer nossas lutas e dizer como se estivéssemos entrando em uma onda crítica somente agora. Muito pelo contrário. É preciso entender que não é porque o desconhecimento acerca de nossas críticas e reivindicações seja enorme, que elas não sejam feitas.

Nós transformamos abril em um mês inteiro de luta, tanto os embates diretos com o Estado pelos nossos direitos originários, através de grandes mobilizações indígenas como o Acampamento Terra Livre, como as mobilizações locais e processos de conscientização através da educação, seja por palestras, aulas, textos, vídeos, etc.

De todo modo, este mês é o que chamamos de abril Indígena, rompendo com a ideia de celebração e comemoração de uma imagem folclórica nossa (perpetuada no Dia do Índio), e demonstrando o caráter de luta e resistência de nossas vidas.

Nossa luta não para ao final do mês. Ao longo de todo o ano, continuamos com intervenções, mobilizações e eventos sobre nossas pautas, busquem conhecer mais sobre nossas movimentações.

Esta é apenas uma pequena apresentação acerca de nosso calendário de luta. Busquem se informar, conhecer mais sobre o(s) movimento(s) indígena(s).

Façamos a visibilidade indígena.

¹ Retirado de: <https://bit.ly/cimi-educacao>

² Retirado de: <https://bit.ly/dia-indio-farsa>

Detalhe do memorial da Epopeia Riograndense, em Porto Alegre (RS), de autoria de Danúbio Gonçalves



Foto: Eugenio Hansen

Sete de fevereiro: dia de Sepé Tiaraju, Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas

Quase 300 anos da morte de Sepé, os povos originários ainda seguem lutando pelo direito a vida, contra a destruição da natureza e pela demarcação de suas terras; Sepé poderá ser o primeiro santo indígena do país

O Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, celebrado no dia 7 de fevereiro desde 2008 - quando foi aprovada a Lei 11.696 -, relembra o ano de 1756, quando ocorreu o falecimento do Guarani Sepé Tiaraju, símbolo da resistência indígena, que tomou lutando em defesa do território Guarani, durante a batalha em que tentava proteger 30 mil indígenas de uma remoção forçada pelo exército unificado dos reinos de Portugal e Espanha, a histórica e sangrenta Batalha de Caiboaté, em São Gabriel (RS). Passados 266 anos da morte do indígena, os povos originários ainda seguem em luta pelo direito a vida, contra a destruição da natureza e pela demarcação de suas terras.

Assim como Sepé, cerca de 1.500 indígenas foram mortos na batalha. Contudo, o corpo dele não foi encontrado e, assim, nasceu o mito de que o herói teria subido aos céus, tornando-se como um santo, o primeiro santo indígena do país. Em 2017, o Vaticano autorizou o início do processo de canonização do Guarani para se tornar, oficialmente, santo. Desde então, ele já é considerado como “servo de Deus”. Atualmente, a canonização está na fase de beatificação e pode demorar alguns anos para ser concluída.

Sete de fevereiro

Por Roberto Liebgott, do Cimi Regional Sul

Dia de Sepé Tiaraju.
Guerreiro de luz,
clarão das manhãs,
luar das madrugadas,
guerreiro-Xondaro – das memórias que não se esgotam.
Sepé dos sete, setenta, setecentos, de todos os povos originários. Sepé da Terra Sem Males, do Bem Viver, do bem querer e da resistência que não finda.

Sepé dos Mbya, dos Kaiowá, dos Avá Guarani. Um cacique sem trono, herói sem pátria gentil. Líder do chão a ser protegido, de um território que deveria ser livre, sempre amado e sagrado.

Sepé das batalhas passadas, atuais e futuras, das lutas que não cessaram, contra o genocídio, o ecocídio e a dizimação.

Sepé sempre a irradiar coragem, pois está lá nas beiras das estradas, nos acampamentos, entre cercas, asfaltos e áreas degradadas. Tornou-se peregrino junto aos seus que não pararam de retomar a Mãe Terra.

Sepé que ensina a sermos fortes, corajosos, persistentes e compromissados.

Que ajuda a esperar diante da morte que se mostra, a cada dia, mais cruel e perversa pelas mãos dos covardes.

Salve, salve fachos do Sol e da Lua! Salve, salve encanto de luz!

Salve, salve Sepé do bravo grito: Alto lá! Esta terra tem dono!

Sepé Tiaraju, presente!



Em apoio ao garimpo, “Mineração artesanal” ganha programa do Governo Federal

Liberação de outorgas na Amazônia Legal terão “critérios simplificados”

Por **Hellen Loures**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Decreto publicado no Diário Oficial da União no dia 14 de fevereiro, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mape) e dá aos responsáveis pela prática de “extração de substâncias minerais garimpáveis” o aval necessário para a continuidade das extrações ilegais em regiões protegidas.

A finalidade, segundo o decreto, é de estímulo à chamada mineração artesanal e em pequena escala, com vistas ao desenvolvimento sustentável regional e nacional e, além da criação do programa, o decreto também institui a Comissão Interministerial, um colegiado do governo que ficará responsável por definir as diretrizes para execução do Pró-Mape. O texto ainda institui a Amazônia Legal como região prioritária para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, região que concentra florestas preservadas e reservas indígenas protegidas.

Sobre o assunto, o coordenador do Cimi Sul, Roberto Liebgott, disse ao Jornal Extra Classe que o governo avança suas linhas e agora finca os pilares da garimpagem na Amazônia, como prioridade, para estimular o garimpo ilegal nas terras indígenas. “Esse conselho (Comape) será para fazer reverberar as falas de Bolsonaro com relação ao garimpo. O Pró-Mape colocará os trilhos por onde passarão os vagões carregados de garimpeiros com equipamentos, armamentos e munições”, alerta.

No mesmo dia, outro decreto do governo trouxe novos incentivos ao garimpo com o afrouxamento de regras de liberação de novas outorgas pela Agência Nacional de Mineração (ANM), que devem criar “critérios simplificados para análise de atos processuais e procedimentos de outorga”.

Vale lembrar que no Brasil, entre 2010 a 2020, a área ocupada por garimpos dentro de terras indígenas cresceu 495%, segundo a rede de especialistas denominada Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil. Em levantamento lançado em agosto, a organização divulgou que 93,7% dos garimpos, irregulares ou regulares, estão na Amazônia. As maiores áreas invadidas em territórios dos povos originários estão nos Kayapó (7.602 hectares) e Mundurucu (1.592 hectares), no Pará, e Yanomami (414 hectares), no Amazonas e Roraima. Entre as 10 unidades de conservação com maior atividade garimpeira, oito estão no Pará. A maior é a Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós, com 34.740 hectares de exploração.

Um levantamento exclusivo divulgado pelo Mapbiomas mostra que a área minerada no Brasil cresceu 6 vezes desde 1985, alcançando hoje 206 mil hectares. Segundo a análise do jornalista Maurício Ângelo, fundador do Observatório da



Mineração, nada disso acontece por acaso. “O boom do preço das commodities, que aconteceu na primeira década dos anos 00 e se repete agora, com o minério de ferro, o cobre e o ouro alcançando preços históricos no mercado, explica parte da situação. O convite aberto e permanente para a exploração industrial de larga escala por multinacionais feito por todos os governos federais, estaduais e municipais também entra no pacote. Os incentivos fiscais são inúmeros, as facilidades no licenciamento – nos ritos “legais” ou nem tanto – idem”, avalia.

Questionamentos no Congresso Nacional

Diversos deputados já trabalham na elaboração de projetos de decreto legislativo voltados à anulação do ato do presidente, aponta o site Congresso em Foco ao noticiar o nome de Denis

Bezerra (PSB-CE) como primeiro deputado a protocolar um projeto de decreto nesse sentido. Ao site, o parlamentar apontou para vícios na própria forma com que o Pró-Mape foi desenhado. “O decreto cria uma comissão interministerial composta por cinco ministérios para organizar o debate, mas não traz nenhum setor responsável para dentro do diálogo, e nem traz a sociedade civil de forma participativa ao diálogo”.

Outro deputado que pediu a suspensão do ato de Bolsonaro por meio de um projeto de decreto legislativo protocolado no dia seguinte à publicação que instituiu o Programa foi Reginaldo Lopes (PT-MG), acompanhado de todos os demais membros do partido. Em entrevista ao Estadão, Lopes frisou que o decreto presidencial institui uma série de medidas que, na prática, “poderão representar um aumento nas atividades potencialmente danosas de garimpagem na região” amazônica, com incentivo à mineração predatória e invasão de áreas protegidas.

“O decreto simplesmente muda o nome de ‘garimpo’ para ‘mineração artesanal’ e consolida a política do governo

Bolsonaro no avanço da mineração predatória sobre áreas até o momento protegidas. Trata-se de um sinal verde definitivo para os garimpeiros que atuam na extração de ouro em regiões da Amazônia até então intactas, criando fundamentos programáticos para que sejam feitas mudanças no rito administrativo obrigatório dos processos de licenciamento mineral e ambiental, em flagrante contraste com a legislação”, afirma o parlamentar.

Bolsonaro e o garimpo

Não é de hoje que Bolsonaro defende a atuação de garimpeiros no País. Em 2019, durante transmissão ao vivo pelo Facebook, afirmou que “garimpeiros não são bandidos” e que “merecem toda a consideração”. “Eles querem garimpar e nós queremos legalizar o garimpo”, disse.

Em maio do ano passado, em conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada, Bolsonaro disse que “não é justo, hoje, querer criminalizar o garimpeiro no Brasil. Não é porque meu pai garimpou por um tempo. Nada a ver. Mas, no Brasil, é muito bacana o pessoal de paletó e gravata dar palpite em tudo que acontece no campo”.

Em julho de 2018, em um vídeo que gravado, o presidente da República, que garante que o “garimpo é um vício, está no sangue”, disse: “sempre que possível eu paro num canto qualquer para dar uma faiscada”. “Faiscar” é o ato de procurar metais preciosos.

Enquanto isso, os órgãos de fiscalização que buscam combater os garimpos ilegais, são duramente criticados e boicotados pelo presidente.

Armadilhas articuladas

São inúmeras as ações do governo que conversam entre si no sentido de abrir as terras indígenas para as práticas de mineração, garimpo, hidrelétricas, agronegócio e exploração de petróleo e gás natural. As movimentações articuladas do governo buscam ainda apressar a aprovação do Projeto de Lei (PL) 191/2020 e de mudanças tanto no código da mineração quanto na própria Constituição Federal.

“O governo do presidente Jair Bolsonaro tem implantado uma política de destruição de todos os órgãos de fiscalização e proteção do meio ambiente e das populações originárias e tradicionais. A norma tem sido beneficiar empresas e empresários que têm apoiado o governo com as liberações para as exploração e destruição de todo ecossistema onde se localizam os povos indígenas e demais povos. Para este governo, floresta boa é floresta derrubada e asfaltada, e índio bom é o índio que colabora com esse modelo predatório”, disse o Cimi em nota, em dezembro do ano passado, após autorização do governo para garimpo em áreas preservadas. ♦



Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim
www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 130
Ass. dois anos: R\$ 190
América Latina: US\$ 55
Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Genocídio: a palavra e a coragem que faltaram à CPI que desbaratou a corrupção e indiciou o presidente da República por crimes contra a humanidade

Texto da reportagem intitulada “Brasília comanda avanços de garimpos e desmatamentos no Brasil – Parte V”, série realizada em parceria entre o Jornal Brasil Popular e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Por **Cristina Ávila**, *Jornal Brasil Popular/DF*

Embora a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado sobre a Covid-19 tenha dado show de competência em relação à devassa em omissões e malfeitos do Executivo no enfrentamento à pandemia, desvendando esquemas de corrupção e com o indiciamento de 78 pessoas com o presidente da República Jair Bolsonaro encabeçando a lista – o tratamento dado à questão indígena ficou em último da fila das prioridades das investigações que desvendaram crimes de morte à população. Uma palavra faltou no relatório final dos memoráveis trabalhos de seis meses que escarneceram os brasileiros: genocídio.

Entretanto, o Relatório de Violência contra os Povos Indígenas, que ficou pronto a tempo de impactar os dias seguintes à finalização da CPI, oportunamente lançado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) (Acesse pelo QR Code) no dia 28 de setembro, em Brasília, via online, com versão impressa, veio jogar um farol a iluminar possíveis dúvidas sobre as responsabilidades de Jair Bolsonaro pelo extermínio físico e cultural dos povos originários do Brasil. “Competente foi a Cavalaria norte-americana que dizimou seus índios no passado e hoje não tem esse problema em seu país”, é uma das frases memoráveis do sempre confiante na impunidade crônica brasileira, nunca

negando as concepções que contribuíram com sua eleição. A prática de seu governo é revelada no Relatório de Violência do Cimi sobre números e fatos de 2020: 776 crianças indígenas com até 5 anos de idade morreram no Brasil por causas evitáveis como o coronavírus, anemia, diarreia, desnutrição, morte sem assistência e pneumonia. Foram assassinados 182 indígenas, ou seja mais de 15 a cada mês. Ocorreram 256 invasões de territórios tradicionais e se comparadas com 2018 foram 137% a mais: o quinto aumento consecutivo anual, atingindo em 2020 pelo menos 201 terras indígenas, de 145 povos, em 19 estados. Foram mortos por Covid 900 indígenas em 2020, com 43 mil contaminados. Houve 110 suicídios de indígenas.

“A minha especialidade é matar. Sou capitão de artilharia, pô”. “Sou favorável à tortura, tu sabe disso”, já disse Bolsonaro, admirador do igualmente nefasto Carlos Alberto Brilhante Ustra.

O presidente do Cimi e arcebispo de Porto Velho, Dom Roque Paloschi, considera que nenhum governo anterior atuou de forma tão escandalosa e premeditada. Em sua opinião, além de incentivar queimadas nas florestas, o governo federal incentivou invasões por garimpeiros em diferentes

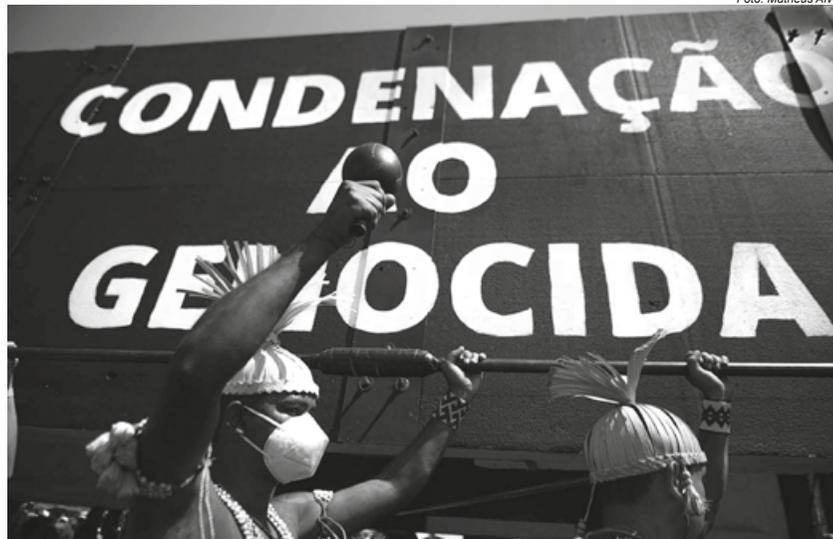


Foto: Matheus Alves

“Nenhum governo anterior atuou de forma tão escandalosa e premeditada, além de incentivar queimadas nas florestas, o governo federal incentivou invasões por garimpeiros”

regiões da Amazônia, com casos mais dramáticos nas terras Yanomami (AM/RR) e Munduruku (PA), com mananciais hídricos contaminados por mercúrio.

“O comando para essa saga destrutiva veio do governo federal. Exatamente por isso, o presidente da República vem sendo denunciado internacionalmente pela prática de genocídio”, enfatiza.

Durante o lançamento do relatório do Cimi, Dario Koponawa, vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami e um dos responsáveis pela campanha “Fora Garimpo, Fora Covid” falou sobre o drama que enfrentam. “Vivemos uma situação muito grave. A Terra Indígena Yanomami tem 9 milhões de hectares, 29 mil indígenas e mais de 20 mil garimpeiros. Já fizemos denúncias ao governo federal, estadual, Ministério Público, Polícia Federal, Funai (Fundação Nacional do Índio), Exército. Estamos ameaçados de morte”.

Dario denuncia que os próprios garimpeiros se matam devido a roubos de ouro uns dos outros. “Usam maquinários, álcool, drogas, há cocaína dentro da terra indígena. Levam coronavírus pra terra Yanomami.



Foto: Adi Spezia/Cimi

Os Munduruku trouxeram uma amostra da água contaminada pelo garimpo ilegal

a corporações multinacionais avassaladoras do planeta.

É perfeitamente compreensível que são necessários acordos políticos pra se conservar a unidade de parlamentares de diferentes ideologias que se manteve por cerca de seis meses para chegar ao final desejável da CPI, que conquistou méritos incontestáveis, mas não há como fazer menor a mortandade física e cultural que caracteriza o genocídio das populações indígenas.

O Relatório de Violências do Cimi vem explicitar o inegável. Não é de hoje que demonstra essas violências, mas ressalta que nesse momento fascista de apologia ao extermínio nunca antes nesse país a situação esteve tão dramática – com 6 anos de paralisação de todos os processos demarcatórios de territórios tradicionais, que são a base da sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. Nenhum encaminhamento desde o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff. ♦



QRCode Relatório de Violência contra os Povos Indígenas, dados 2020

Foto: Chico Batata/Greenpeace Brasil



Registro de garimpo ilegal em maio de 2020, durante a pandemia, na TI Yanomami. Além da destruição ambiental, da violência e dos conflitos, garimpeiros atuam como vetores da Covid-19 para dentro do território

Covid-19: descaso do governo e aumento no número de casos preocupam indígenas e indigenistas

Até agora, menos de 50% dos indígenas do país foram vacinados com a segunda dose da vacina contra a Covid-19; indígenas e indigenistas denunciam aumento de casos de contaminação pelo vírus

Por **Marina Oliveira**, Assessoria de Comunicação do Cimi

No início de 2020, quando foram confirmados os primeiros casos de Covid-19 no mundo, ninguém imaginava que os efeitos do vírus iriam perdurar por tanto tempo e com tanta intensidade. Dois anos depois, vivemos uma sensação de retrocesso: os números de contaminados e de óbitos voltaram a explodir em diversos países, inclusive no Brasil – onde a real dimensão da nova onda de casos e mortes é indefinida, devido ao apagão de dados do governo federal sobre a pandemia. Nada surpreendente, já que Bolsonaro sempre tratou o coronavírus como uma “gripezinha”.

Agora, você já parou para refletir sobre a realidade dos povos indígenas diante desse contexto? De acordo com o monitoramento realizado desde o começo da pandemia pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), até o dia 18 de janeiro de 2022, 1.255 vidas indígenas foram levadas pela Covid-19. Sem dúvida alguma, esse número é resultado, principalmente, da negligência e do descaso do governo em vacinar e oferecer assistência médica aos povos originários.

Em dezembro do ano passado, a Repórter Brasil denunciou em uma reportagem que o Ministério da Saúde ainda não tinha completado a imunização nem da metade dos 755 mil indígenas que vivem em Terras Indígenas (TIs), mesmo sendo parte do grupo prioritário do plano de vacinação no país. Ainda de acordo com o levantamento, apenas 44% dos aldeados haviam recebido as duas doses da vacina contra a Covid-19 à época, um ritmo de aplicação mais lento em comparação à população geral.

Dados disponibilizados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), referentes ao período de 26 de dezembro de 2021 a 1º de janeiro de 2022, mostram que houve um pequeno aumento no número de indígenas imunizados com a segunda dose da vacina contra Covid-19: passou a ser 47,1% de vacinados. Já em relação à terceira dose (reforço), a quantidade de imunizados também é preocupante: apenas 13,5% se vacinaram com o reforço, o que corresponde a 103.878 mil indígenas.

Para Andrey Moreira Cardoso, médico e pesquisador em saúde indígena da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz (ENSP/Fiocruz), as evidências históricas da saúde indígena apontam para um cenário “preocupante”.

“Sabemos pouco sobre a cobertura vacinal nas aldeias, mas temos a informação de que, em alguns casos, a cobertura é aquém da desejável tendo em vista a recusa da população motivada por fake news. Além disso, sabemos pouco sobre as doses de reforço nos indígenas, condições ainda menos conhecidas em relação aos indígenas residentes em contexto urbano”, afirmou o pesquisador.

Covid-19: disseminação de fake news

Lembrada pelo médico e pesquisador Andrey Moreira, uma armadilha adotada por Bolsonaro – e seus aliados – desde a sua campanha eleitoral também foi capaz de atrasar a vacinação dos indígenas: a disseminação de notícias falsas, mais conhecidas como fake news. Muitos deles foram enganados e pensaram que poderiam sofrer efeitos graves causados pelos imunizantes.

Segundo uma matéria do jornal O Globo, os indígenas relataram ao Ministério da Saúde que recusaram a vacina por medo de virar jacaré, mudar de sexo, contrair



Ao todo, já são 1.255 vidas indígenas levadas pela pandemia de Covid-19

o vírus HIV (causador da Aids) e até mesmo de morrer. Essa informação foi revelada em documentos da CPI da Covid, em julho de 2021.

Exemplo disso é o que ocorreu entre os Tupinambá de Olivença, do estado da Bahia (BA), logo que começou a vacinação dos povos indígenas. De acordo com a cacica Valdelice Tupinambá, apesar de a maioria ter aceitado a imunização, inicialmente alguns indígenas resistiram devido às falsas notícias. “Era muito boato e não dava para percorrer todo o território para saber quem havia tomado ou não a vacina”, afirmou a cacica.

No sul do país, ocorreu uma situação parecida. De acordo com Deoclides Kaingang, coordenador do Conselho Estadual do Índio (CEPI) do Rio Grande do Sul (RS), muitos adolescentes ainda não se vacinaram por “medo”.

“Muitos jovens estão com medo de tomar a vacina em razão das palavras do governo. Isso interfere diretamente nas comunidades indígenas. O índio já é diferente para conseguir que ele confie em você. E, se os próprios governantes começam a falar que a vacina é perigosa, dificulta mais”, afirmou. Deoclides falou, ainda, que indígenas de outras faixas etárias de seu povo também não tomaram a segunda dose por esse mesmo receio.



Projeção no Congresso Nacional com a frase “Não é apenas um vírus”

Covid-19: Cimi denuncia aumento de casos

Missionários e coordenadores do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciam neste começo de ano o expressivo aumento no número de casos de Covid-19 dentro das terras indígenas. Segundo Roberto Liebgott, coordenador do Cimi Regional Sul, a quantidade de infectados pelo vírus voltou a subir devido às “festividades da virada do ano”.

“Por conta das aglomerações nas festividades de final e início de ano, o contágio da [variante] Ômicron tornou-se aceleradíssimo na sociedade envolvente e, por conseguinte, as comunidades indígenas foram duramente impactadas”, afirmou Roberto.

O coordenador demonstrou preocupação também perante o atraso da vacinação dos povos indígenas. “Dois fatores estão nos preocupando: a demora na vacinação de adolescentes e crianças, pois sequer há um calendário definido, e a protelação demasiada na aplicação da terceira dose [reforço] da vacina nas comunidades”.

Para Deoclides Kaingang, o momento agora é de ansiedade e expectativa para ver como as aldeias ficarão após a virada do ano. “Nós tentamos, ao máximo, proteger

o nosso povo [Kaingang]. Recomendamos que não saíssem dos territórios. Mas, nesse último ano que passou, não teve como segurar. Muitos precisaram ir até as grandes capitais para vender seus artesanatos e garantir renda. O pessoal estava à beira da miséria. Agora vamos ver o que vai acontecer entre final de janeiro e começo de fevereiro. Esperamos que os impactos sejam os menores possíveis”.

Ainda na região Sul do país, entre as vítimas mais recentes do povo Xokleng está uma jovem que estava internada em um hospital, →

→ prestes a dar à luz um bebê. De acordo com lideranças Xokleng, a suspeita é de que ela não havia tomado as doses da vacina contra o coronavírus.

Do outro lado do país, no estado da Bahia, a cacica Valdelice Tupinambá relatou a dificuldade que seu povo enfrenta, desde o começo da pandemia de Covid-19, para receber assistência médica da equipe da Sesai. “Logo que começou a pandemia, os carros da Sesai estavam sem combustível para pegar as pessoas em situação mais grave e levar até os hospitais. Algumas comunidades são muito distantes [da cidade]”, afirmou a cacica.

O estado do Maranhão também vive um momento tenso neste começo de ano: além da Covid-19, circula entre as aldeias o vírus da gripe. De acordo com Gilderlan Rodrigues, coordenador do Cimi Regional Maranhão, os indígenas estão denunciando a omissão do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) local. Os DSEIs são unidades vinculadas à Sesai e responsáveis por efetivar a atenção à saúde indígena nas regiões.

“Muitas pessoas estão gripadas, o DSEI parou a testagem para Covid-19 dentro dos territórios indígenas. As pessoas estão sem saber se estão com coronavírus ou se estão apenas gripadas. Elas têm nos comunicando um pouco dessa situação que estão vivendo”, disse o coordenador.

Ao falar sobre esse contexto, Gilderlan expressou a sua preocupação diante do descaso do DSEI Maranhão com os povos indígenas. “Não há mais uma continuidade do trabalho de diagnóstico do DSEI em relação aos indígenas em toda a região. É uma atitude que demonstra falta de preocupação, como se não houvesse mais pandemia. Embora sabemos que há terras indígenas, como a TI Rio Pindaré, em que ainda existem muitos casos de Covid-

19. Infelizmente, há uma naturalização da disseminação do coronavírus dentro dos territórios. Não existe mais barreiras sanitárias nem execução de testes. As medidas de precaução não são mais tomadas”.

Em entrevista ao Cimi, Ana Lúcia Pontes, médica sanitária, pesquisadora da Fiocruz e coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) de Saúde Indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), explicou que a falta de testes é um “problema estrutural da resposta da Covid-19 como um todo do governo brasileiro”. “Não é só um problema relacionado aos povos indígenas. A testagem foi muito baixa em todo o país, inclusive para a população indígena. A distribuição de testes rápidos, tanto sorológicos quanto antígenos, foi baixa e a realização de RT-PCR também foi difícil pela logística”.

“A gente sempre soube que havia esse problema da resposta, que parece que não foi equacionado com os dados disponíveis. Isso faz com que a gente tenha uma fragilidade na vigilância, que tem a ver com esse mecanismo de você detectar rapidamente casos suspeitos e isolar rapidamente os casos confirmados. Com certeza é algo que prejudica o controle e o bloqueio da pandemia”, finalizou.

Além da dificuldade da testagem apontado por Ana Lúcia, o pesquisador Andrey Moreira também lembrou de outro desafio: a falta de transparência dos dados relacionados aos povos indígenas diante desse contexto. “A transparência dos dados sobre os indígenas, assim como a baixa testagem, sempre foram problemas no enfrentamento à pandemia e impactaram negativamente a estimativa de casos. E é super possível, mas sem muitas evidências, que essa situação tenha se agravado com o apagão de dados [do Ministério da Saúde]”, afirmou Andrey.



Chegou a hora das crianças serem vacinadas contra a Covid-19!

Muitos pais, mães, avós e avãs têm dúvidas sobre a vacinação dos curumins. Por isso, a Coiab reuniu as respostas para as 6 questões mais comuns entre os parentes, baseada em informações disponibilizadas pelos órgãos de saúde.

Por que é importante vacinar as crianças de 5 a 11 anos?

Porque as crianças não estão livres de se contaminar com a Covid-19 e a vacinação fortalece o sistema imunológico para combater a doença. As pesquisas demonstraram que a vacinação de crianças é segura!

Qual a faixa etária da vacinação infantil?

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a imunização contra Covid-19 em crianças de 5 a 11 anos de idade.

A vacina vai dar sintomas nas crianças?

A vacina contra a Covid-19 pode ou não dar reações, como todas as outras vacinas. Os efeitos mais comuns são dor, vermelhidão ou inchaço no local da aplicação, mal-estar, febre, dor de cabeça e muscular. Todas essas reações são consideradas normais e desaparecem em poucos dias!

Quais são os locais de vacinação?

Para as crianças que moram nas aldeias, a orientação é que os pais ou responsáveis procurem a Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) dos DSEIs e seus Polo Base. Para as crianças que moram na cidade, os pais ou responsáveis devem procurar a Unidade Básica de Saúde mais próxima.

E quais vacinas estão sendo aplicadas nas crianças?

A Coronavac, para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, com a mesma dosagem que já estava sendo aplicada nos adultos. E a Pfizer, para crianças de 5 a 11 anos, com uma dosagem especial para essa faixa etária.

Quem pode levar a criança para vacinar?

Pais ou responsáveis legais podem levar as crianças para vacinar. Lembre-se que é preciso levar os documentos da criança e dos pais ou responsáveis legais. Se a criança não tiver um documento com foto ou CPF, é possível levar a certidão de nascimento.



Os Avá-Guarani do Oco'y estabeleceram a barreira sanitária após o primeiro caso de covid-19 ser confirmado em um integrante da comunidade. Depois dos posicionamentos da Funai, as barreiras em terras indígenas foram desfeitas

Bolsonaro decide criar comitê de enfrentamento à Covid destinado a povos indígenas quase dois anos após início da pandemia

Decreto foi editado após mais de mil mortes de indígenas vítimas da doença

Por **Hellen Loures**, Ass. de Comunicação do Cimi

O presidente Jair Bolsonaro editou o decreto que cria o Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas. O documento foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 11 de janeiro, quase dois anos após o início da pandemia, em março de 2020, e após mais de mil mortes de indígenas vítimas da doença.

De acordo com o texto publicado, o Comitê deve ser responsável por monitorar ações de combate à pandemia nos povos indígenas em isolamento ou

em contato recente, com a execução dos planos de enfrentamento da covid-19 para os povos indígenas; adoção de medidas de proteção e de promoção da saúde dos povos indígenas isolados ou em contato recente; e a adoção de outras medidas destinadas à saúde dos povos indígenas no contexto da pandemia de covid-19.

Em julho de 2020, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a adoção pelo governo federal de cinco medidas para proteger as comunidades indígenas e evitar a mortalidade pela Covid-19.

Cimi apresenta questionamentos ao Comitê de Direitos Humanos da ONU sobre marco temporal, que poderão ser feitos em sabatina ao Brasil

A entidade questiona quais são os fundamentos jurídicos do governo federal para manter a tese do marco temporal, a demora no julgamento do RE e o aumento dos assassinatos ligados aos conflitos por terra

Por **Adi Spezia**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Ao longo dos últimos três anos, o Estado brasileiro tem fechado os olhos e tapando os ouvidos aos clamores que vêm das ruas e territórios tradicionais. Os povos indígenas, suas organizações e organizações de apoio à causa indígena, seguem sem respostas a questões como: quais são os fundamentos jurídicos adotados pelo governo federal para manter a tese do marco temporal em seus atos administrativos, uma vez que sua constitucionalidade e convencionalidade estão sendo contestadas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF)? Porque prorrogar tantas vezes o julgamento do caso Xokleng, que tem Repercussão Geral (RE) reconhecida? Quais são as razões para não dar seguimento a demarcação dos territórios indígenas?

Estes e outros dezesseis questionamentos foram apresentados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ao Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de relatório periódico. Sem respostas do Estado brasileiro, a entidade recorreu à Organização das Nações Unidas, a qual o Brasil é, inclusive, um dos fundadores.

A participação das organizações da sociedade civil ocorre por meio do envio de relatórios informativos ('relatórios-luz'), para dar ao Comitê informações do terreno. A próxima sessão, edição de número 134, está prevista para os dias 28 de fevereiro a 25 de março de 2022, em Genebra, na Suíça. Trata-se de uma fase preparatória, na qual o Comitê elabora uma lista de temas (for LOIs "lista de perguntas", da sigla em inglês) que irá guiar a sabatina periódica do Brasil junto ao Comitê.

"O Brasil agora passa pela revisão no Comitê de Direitos Humanos, que é um órgão técnico que supervisiona o cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Esse Pacto foi ratificado pelo Brasil no início do seu processo de redemocratização, no começo da década de 90, e ele tem uma importância enorme", esclarece Paulo Lugon Arantes, advogado e assessor internacional do Cimi.

No relatório apresentado ao Comitê, em janeiro deste ano, destacam-se temas como a "Demarcação de Territórios Indígenas", "Violações de Direitos Indígenas no Contexto da Covid-19", "Execuções Sumárias contra Povos e Líderes Indígenas", "O Avanço da Mineração e do Agronegócio Afetando a Vida dos Povos Indígenas", e o "Discurso de ódio do mais alto nível do governo". O informe foi feito a partir de casos concretos já denunciados pela entidade, organizações indígenas e indigenistas.

Para o Cimi, a centralidade do Território é a chave essencial para exercer todos os outros direitos humanos e será pautada nessa revisão. "A partir da falta de acesso à Terra e ao Território vem todas as outras questões, como discurso de ódio, violência, fome, liberdade religiosa ameaçada. Então, essa revisão do Brasil, pela perspectiva dos indígenas, será bastante pautada nesta ótica", explica Paulo que acompanha a temática indígena junto à ONU.

"O Brasil ficou sem revisão desde 2004, foram várias mudanças desde então. Mas, para os povos indígenas, a situação se agravou bastante desde 2017, onde quase nenhum território foi demarcado, e a partir de 2019, o governo Bolsonaro cumpre com sua promessa de não demarcar nenhum território indígena", completa o advogado e assessor internacional do Cimi.

Em outra ocasião, o Comitê de Direitos Humanos da ONU já havia se pronunciado em relação aos relatos apresentados pelo Cimi. "O Comitê está preocupado com a lentidão da demarcação das terras indígenas, as expulsões forçadas dos povos indígenas de suas terras e a falta de recursos legais para reverter esses despejos e compensar as populações vitimadas pela perda de residência e subsistência de suas populações (arts. 1 e 27)", resgata a entidade no documento apresentado ao Comitê, em 31 de janeiro deste ano.

O processo de revisão do Pacto ocorre a partir do relatório do país – o Brasil enviou o seu relatório em 2020, com onze anos de atraso -, em seguida ocorre a sessão de perguntas do Comitê, que será realizada durante a 134ª

Sessão. Apesar de o relatório do Brasil ter sido entregue só ano passado, ele é a base de informações mais "atuais" apresentada ao Comitê. E que foi fortemente contestado pela sociedade civil há época. O próximo passo será a coleta das respostas do Brasil durante uma próxima sessão, ainda sem data definida, com os chamados "diálogo construtivo", esclarece Flávio Vicente Machado, da equipe de incidência internacional da entidade.

Assim como o Cimi, outras organizações enviaram suas contribuições. "Sendo assim o Comitê, em média, deverá realizar 25 perguntas ao Estado brasileiro, com intuito de otimizar o processo, então nossas perguntas poderão ou não ser feitas ao Brasil. Como passou para 8 anos o período, agora as perguntas serão feitas antes, como forma de orientar o Estado em como o relatório deve ser feito", completa Flávio.

Um Informe ao Comitê com tons de alerta

O informe feito pelo Cimi, muito além de conter uma série de questionamentos, faz um alerta. Embora a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, § 2º, assegure a posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, com usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios e lagos nelas existentes, o governo brasileiro tem emitido uma série de decretos e portarias que atacam diretamente os povos indígenas e seus direitos originários. O reflexo disso é que nos últimos cinco anos não houve nenhum território demarcado.

A não demarcação dos territórios tradicionais traz uma série de consequências para o exercício de outros direitos humanos pelos povos indígenas no Brasil. "Um exemplo é o dos Povos Guarani e Kaiowá, que vivem em pequenas reservas ou à beira de estradas no estado de Mato Grosso do Sul. Outra consequência é o avanço do desmatamento no Brasil, tendo em vista a proibição legal do desmatamento nas áreas demarcadas, e a maior dificuldade do desmatamento", relata o informe enviado ao Comitê. →



Foto: Verônica Holanda/Cimi



Marcha durante o Acampamento Terra Livre 2018

→ O ano de 2021 foi o terceiro ano de uma série de desmatamentos recordes em diversos biomas no Brasil, afetando a biodiversidade de fauna e flora, além da população, em especial os povos originários que dependem dessas áreas para sobrevivência social e cultural. Na avaliação do Cimi as respostas do governo federal são absurdas, assim como as declarações do presidente Bolsonaro de que “o problema do desmatamento está resolvido”, referindo-se à redução de 80% nas multas ambientais em 2021, como resultado do desmantelamento da política de fiscalização ambiental.

Além da paralisação das demarcações, a tese do marco temporal ameaça a sobrevivência dos povos indígenas e viola o direito internacional dos direitos humanos. De acordo com essa tese, defendida por setores do agronegócio e pela bancada ruralista no Congresso Nacional, somente as terras indígenas ocupadas até 1988, ano da promulgação da Constituição, teriam o direito ao território.

A constitucionalidade desta tese está sendo contestada, pelos próprios povos indígenas, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, no caso Xokleng. O caso teve sua Repercussão Geral reconhecida pela Corte, isso significa que a decisão tomada neste julgamento terá consequências para todos os povos indígenas do Brasil.

Por pressão do lobby ruralista, o julgamento foi adiado várias vezes: devido à crescente pressão da opinião pública em favor dos povos indígenas, a retomada do julgamento está prevista para a última semana antes do recesso judiciário, em 23 de junho. “Se esta tese prevalecer, vários despojos históricos, inclusive durante a ditadura civil-militar no Brasil, prevalecerão, com enorme prejuízo para os diversos povos indígenas”, alerta o Cimi.

A situação dos povos indígenas no Brasil se torna ainda mais grave quando os órgãos do Estado optam por atender e reconhecer direito apenas às pessoas que vivem em territórios demarcados, chamados de “aldeados”, ignorando a identidade dos indígenas que vivem em contextos urbanos, ou em territórios não demarcados. “Este critério de limitação de direitos é contrário ao direito internacional dos direitos humanos e até foi usado no contexto da Covid-19”, lembra Paulo Lugon Arantes, assessor internacional do Cimi.

A decisão de paralisar a demarcação dos territórios indígenas está diretamente relacionada aos conflitos por terra e aos assassinatos de lideranças indígenas. “Desde 1985, houve 1.236 assassinatos de indígenas no Brasil. O número de execuções, por forças de segurança ou terceiros, de indígenas está aumentando dramaticamente”, conta o informe feito ao Comitê de Direitos humanos, que relata em detalhes o caso da chacina do povo Chiquitano, no

Sobre o Comitê de Direitos Humanos da ONU

O Comitê de Direitos Humanos faz parte desta estrutura do cumprimento concreto de direitos humanos. É um o órgão formado por 18 especialistas independentes, eleitos por um período de quatro anos pelos Estados Partes de acordo com os artigos 28 a 39 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e seus protocolos, e o seu papel é monitorar a implementação do Pacto. Por sua vez, os Estados Partes têm por obrigação apresentar relatórios periódicos ao Comitê sobre como esses direitos estão sendo implantados no país, normalmente a cada quatro anos, ou quando solicitado pelo Comitê.

O Brasil, segundo o assessor internacional do Cimi, Paulo Lugon Arantes, há mais de uma década deixou de enviar relatório ao Comitê. É importante lembrar que a revisão dos periódicos ocorre entre 3 e 6 anos. “Cada vez que um Estado Parte envia o devido relatório, o Comitê examina, com a participação do Estado Parte em questão, emite suas observações finais, destaca os aspectos positivos, os problemas identificados, e endereça suas recomendações na forma de ‘observações finais’. Desde a sua redemocratização, o Estado brasileiro tem uma dívida grande para colocar em funcionamento um mecanismo de implementação dessas recomendações”, explica o assessor do Cimi.

Mato Grosso, e o massacre na região do Rio Abacaxis, no Amazonas. No informe, há também o questionamento sobre o aumento da execução de lideranças indígenas nos últimos cinco anos, índice interligado ao aumento dos conflitos por terra no Brasil.

Os conflitos estão relacionados ao avanço ilegal da mineração em territórios indígenas tradicionais, violando não apenas o direito às terras tradicionais, mas também o direito à vida. “A contaminação por mercúrio [metal pesado usado na extração de ouro] já atinge 56% dos membros do povo Yanomami. A questão foi apresentada a vários Procedimentos Especiais da ONU, mesmo após o alerta da Alta Comissária de Direitos Humanos, Michelle Bachelet, em outubro de 2021, três crianças indígenas foram engolidas por

uma máquina que trabalhava em uma área de mineração ilegal”, reforça a denúncia do Cimi.

Garimpeiros, madeireiros, posseiros realizam, de forma incessante, investidas sobre a floresta protegida e sobre os territórios indígenas, inclusive daqueles já demarcados, com a estratégia de posse ilegal de terras e desapropriações, com grilagem legitimada pelo Cadastro Ambiental Rural, concedido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Ambiente. Entre tantos territórios nessa situação, está a Terra Indígena Karipuna, em Rondônia, que, apesar de demarcada, sofre pressão de todos os lados de uma organização criminosa que atua para legitimar a posse ilegal da terra. Da mesma forma acontece na Reserva Natural Jaci Paraná e em uma parte do Parque Estadual do Guajará Mirim, ambos em Rondônia.

O povo Karipuna e os demais povos isolados que vivem na Terra Karipuna estão cercados por todos os lados com o avanço do desmatamento crescente. “A menos de três quilômetros da aldeia, os invasores montaram trilhas, plantando capim e, na estrada que levaria à aldeia, plantações de banana, milho, mandioca e outras, que são feitas por grileiros. Além das fortes invasões, os Karipuna estão desassistidos por políticas públicas, como a abertura e manutenção da estrada de acesso à aldeia para escoamento da produção, energia elétrica, habitação, saúde e educação de qualidade”, relatam as lideranças do povo, que também já denunciaram o caso à ONU.

A invasão dos territórios se tornou ainda mais grave durante a pandemia da Covid-19, somados a uma série de omissões intencionais do Estado brasileiro. Pelo menos 67.010 indígenas foram infectados pelo vírus, causando pelo menos 1.275 mortes entre os 162 povos indígenas afetados, segundo monitoramento realizado pela Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib), em 17 de fevereiro de 2022. Menos de 50% da população indígena recebeu a segunda dose da respectiva vacina, apesar de a propaganda oficial dizer o contrário.

Para o Cimi, “a atitude negacionista do Estado brasileiro teve efeito desproporcional sobre os povos indígenas. Foram negadas medidas específicas de proteção no início da pandemia. A lei aprovada pelo Congresso Nacional sobre medidas urgentes para a proteção da população indígena teve partes fundamentais vetadas pelo Presidente da República, como o fornecimento de água potável e leitos hospitalares para indígenas”.

Sem testagem em massa, com vacinação deficiente, os indígenas foram os responsáveis por divulgar diariamente os dados sobre as contaminações indígenas. Também precisaram ir ao STF para que o governo federal implementasse um plano de contingência específico, que o governo hesitou em implementar. Ainda mais grave, tomou-se a política pública equivocada, sem comprovação científica, de administrar hidróxido de cloroquina em um grande número de comunidades indígenas, causando inúmeras mortes que poderiam ter sido evitadas. Sem contar que, com a situação de vulnerabilidade durante a Covid-19, vários povos indígenas foram recrutados por empresas transnacionais exportadoras de carne para trabalhar em seus frigoríficos, sem a devida proteção, levando a diversos contágios e mortes, consta o informe do Cimi.

Com a pandemia, os despejos e ordens judiciais contra povos indígenas se multiplicaram em todo país, apesar de o STF ter proibido qualquer despejo de comunidades indígenas durante a pandemia. “As ordens e ações judiciais, não cumpridas, impactaram diretamente no aumento de mortes e contaminação dos indígenas pelo coronavírus”, associa Paulo.

Do mais alto nível do Governo também vieram os discursos de ódio: entre tantos, o informe ao Comitê destaca a reunião ministerial de maio de 2020, quando o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou “odiar o termo povos indígenas”. As manifestações de ódio, os discursos públicos, mensagens, debates no Poder Legislativo e lives com conteúdo racista e homofóbico contra os povos indígenas, servem de incentivo às invasões dos territórios e assassinatos de lideranças indígenas, aumentando a pressão sobre territórios em todo o país, por consequência, a escalada da violência contra os povos indígenas e seus direitos. ♦

CAUSOS E CASOS

Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Povo Deni: a vitória da vida

Por Egon Heck



Neste quase um século de presença e apoio solidário junto aos povos indígenas do Brasil, a situação mais dramática que encontrei foi sem dúvida do Povo Deni do Xerua/Juruá.

Quando chegamos às suas aldeias, encontramos um povo prostrado, sendo amordaçado e vitimado por um surto de tuberculose que, na década de 70, foi lentamente exterminando esse povo. Era visível o momento de desespero. Ouvimos inúmeras vezes a descrição do drama: é tudo assim. Começa tossir, fica magro, vomita sangue e morre. A tuberculose ia se espalhando rapidamente. Quando perguntamos se muita gente já tinha morrido, começaram a citar a lista dos que morreram com os mesmos sintomas. Tinham dificuldade de precisar as datas das mortes. Descemos imediatamente para Carauari para solicitar apoio urgente. Levamos alguns já em estado mais grave conosco no barco até Carauari para dali encaminhar imediatamente para Manaus. Nos comprometemos de tomar medidas urgentes. Em Carauari, onde a Petrobras tinha uma grande estrutura para exploração de gás, conseguimos um helicóptero e um médico

enviado pela Funai. Retornamos imediatamente para as aldeias Deni.

Para espanto e indignação nossa, o médico ficava quase o dia todo na rede. Indagado porque ele não se empenhava para ver como estancar essa mortandade, ele simplesmente dizia que não se fazia preciso. Apenas fez uma biópsia de uma pereba.

Graças ao empenho da paróquia de Carauari e da pastoral indigenista de Tefé, o surto de tuberculose passou a ser estancado. Mesmo assim a burocracia da Funai fez com que o processo fosse bem mais lento do que poderia se esperar. Visitei várias vezes o grupo de Deni na casa do índio em Manaus. Teve um momento em que um grupo de uns dez indígenas tinham terminado o tratamento e tiveram que esperar mais de meio ano para serem encaminhados de volta para suas aldeias.

Ao comemorar os 50 anos da OPAN – 6 de fevereiro de 2019 – fiquei muito feliz por ser informado de que os Deni estavam muito bem no seu processo de vida e autonomia. E que tinham se emocionado com a mensagem que gravei para eles por ocasião de uma grande Assembleia.

Mataram kiwxi, mataram Kiwi

Após algumas horas de subida do Rio Juruena, chegamos à aldeia dos Enawene Nawe. Logo foi se fazendo um alvoroço no porto em que encostamos a canoa. Não demorou em ouvir os gritos dos indígenas “Mataram kiwi, mataram kiwi”, e alguns apontando as flechas em nossa direção... “Vocês mataram Kiwixi”. Um frio na espinha. Tomas Lisboa se esforçou em afirmar que mataram Kiwixi. “Os jagunços mataram Kiwixi. Nós fomos visita-lo e encontramos ele morto. Mataram Kiwixi”. Depois de algum tempo de tensão e nervosismo, uma das lideranças pediu que descêssemos da canoa e nos conduziu para a aldeia. Novo esforço de comu-

nicar a trágica notícia do assassinato do Vicente Kiwxi.

Aos poucos os guerreiros foram se retirando e a liderança nos conduziu para a sua casa. Foi combinado que no outro dia cedo descíamos até o barraco do Vicente. Um ar menos tenso encobriu a aldeia. Tentamos entender melhor a animosidade dos Enawenê. Fomos depois informados que essa animosidade se devia à tensão dos indígenas provocado por um sobrevoos rasante que a Funai teria feito uma semana atrás. Certamente, esse fato concorreu para que estivessem extremamente irritados. Algumas perguntas ficam sepultadas no silêncio da floresta.

Egon Heck ex-padre, formado em Teologia e em Filosofia, com pós-graduação em Ciência Política e lutou, e ainda luta, bravamente ao lado de comunidades indígenas em todo o país, contrariando toda carga cultural e ideológica de preconceito contra os povos indígenas a que esteve exposto em sua própria família e diante da política de inúmeros (des)governos.

A coluna “Causos e Casos”, iniciada na edição de abril de 2021, é um especial rumo aos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que traz textos assinados por Egon Heck e Egydio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

É a comemoração do cinquentenário por meio do reconhecimento da contribuição do Cimi para o desenvolvimento da causa indigenista a partir de seus missionários e missionárias, aqui representados

por Egon Heck e Egydio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica.

As histórias da “Causos e Casos”, escritas especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também

fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena.

Egon Heck e Egydio Schwade relatam causos e casos com propriedade, pois, desde os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.